



Presidente **p.8**

Portugal pagou um "preço elevado" por olharmos só para o presente



Parlamento **p.16**

Realidade desmente previsões do PS

POVO LIVRE



nº 1861

4 de Fevereiro de 2015

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD



DESAGRAVAMENTO FISCAL PERMITE CRIAR EMPREGO

O Primeiro-Ministro em visita à fábrica de pneus Continental Mabor, em Lousado, Vila Nova de Famalicão

Maria Luís Albuquerque nas V Jornadas Consolidação, Crescimento e Coesão no Porto

“Falar em consolidação vai passar a ser cada vez menos o tema; será crescimento e coesão”



O ano de 2015 já está a ser melhor e vai ser ainda melhor daqui para a frente. Os números da execução orçamental que excederam as previsões do Executivo foram o ponto de partida da intervenção de Maria Luís Albuquerque nas jornadas sobre Consolidação, Crescimento e Coesão, no Porto. E é precisamente no crescimento e na coesão que a ministra das Finanças coloca os objectivos de futuro de Portugal, numa altura em que se deixará de falar tanto em “consolidação” e em que os temas ligados às Finanças serão bem menos apaixonantes. Mas, alertou a ministra, “o assunto das Finanças tornar-se-á desinteressante”, só quando “deixar de ser um problema”.

“Foi difícil chegar até aqui mas valeu a pena”. Para a ministra das Finanças, foi o percurso que Portugal fez que permite hoje “beneficiar das medidas que outros tomam”. O trabalho feito é também garantia para o futuro, face à incerteza que rodeia o País. Mas, afirmou ainda, “estamos mais defendidos, mais protegidos e somos menos afectados”, num caminho de “liberdade e responsabilidade”, em que Portugal está plenamente integrado nas regras europeias a que escolheu vincular-se.

É também um caminho de reformas estruturais. Maria Luís Albuquerque considerou “injusta” a acusação de que o Governo perdeu o ímpeto reformista e destacou uma das reformas essenciais na pasta que tutela – “temos contas públicas completamente transparentes e escrutinadas”. “Hoje já não temos medo de abrir as gavetas e ver que surpresa nos vai aparecer”, acrescentou.

O reconhecimento do caminho feito também vem de fora. Maria Luís Albuquerque explicou ao militantes sociais-democratas que Portugal é visto hoje como um país que sabe cumprir as suas responsabilidades. Recordando uma ideia de Marco António Costa, vice-presidente do PSD, a quem coube a abertura da sessão no Porto: Portugal deixou de fazer parte do problema e passou a integrar a solução. “A diferença de atitude é extraordinária”, reforçou a ministra de Estado e das Finanças, referindo o “enorme sentimento de satisfação” dos parceiros europeus.

A ministra recordou também que a execução orçamental de 2014 foi conseguida “dois terços à custa da despesa e um terço à custa da receita”. “Cá estamos a chegar onde queríamos: reduzir mais na despesa do que aumentar na receita. Porque enquanto não reduzirmos estruturalmente na despesa, não vamos poder baixar os impostos, as taxas de imposto, que é claramente algo

que queremos fazer”.

E realçou que dar boas notícias é sempre “mais fácil”, mas que, neste momento, “os portugueses, hoje, têm é de sentir as boas notícias”. “Todos nós que andamos na rua, sentimos que há mais confiança, sentimos que as pessoas estão mais leves, sentimos que há mais consumo, sentimos que há mais carros na estrada”.

“Sem trabalho, sem consistência, sem cumprimento de regras não podemos querer ter os benefícios de estar na União Europeia, de estar no euro, de ter parceiros comerciais, de ter acessos a mercados e de ter uma ambição legítima de uma vida melhor. Somos ensinados desde pequeninos que não se pode ter tudo e frequentemente achamos que é muito injusto, que nada se faz sem trabalho e depois curiosamente alguns chegam a adultos e esquecem-se e acham que é possível ter tudo”, destacou.

Marco António Costa: No meio da tempestade, tivemos a determinação de planear o futuro

Também para Marco António Costa, “2015 será um ano marcado por factos inequivocamente positivos para



os portugueses”. E porque no PSD nada é deixado ao acaso, tudo se planeia, o vice-presidente do Partido fez a ligação entre a confiança que os portugueses já sentem e o tema das V jornadas Consolidação, Crescimento e Coesão. O crescimento e o emprego, assegura, já estão a ser sentidos pelas pessoas no seu dia-a-dia. Mas porque o desemprego ainda é um desafio, Marco António Costa espera que as próximas jornadas sejam dedicadas à confirmação dos actuais sinais positivos: a criação de emprego, os mínimos históricos atingidos pelas taxas de juro, os resultados da execução orçamental e o sucesso nos objectivos do défice.

O porta-voz recordou ainda os primeiros anos destas jornadas, algumas “muito penosas”. Em 2014, porém, “já se perspectivava um tempo diferente”, “por muito que os nossos adversários políticos tentassem escamotear”. Segundo Marco António Costa, “os portugueses sentiam que algo de efectivo estava a mudar na sociedade”.

Em linha com tal mudança, hoje “é muito confortável para um português saber que, em 2011, todos estavam preocupados connosco e a Grécia”, enquanto hoje “estamos juntos com os outros, preocupados com a Grécia”. Lembrando ainda que a oposição “queria que seguissemos a estratégia” grega, enfatizou o mérito do planeamento do Governo a longo prazo. Foi “no meio da tempestade que tivemos a determinação e a capacidade de planear o futuro, quando todos na oposição diziam que o futuro não tinha possibilidade”.

Virgílio Macedo, presidente da comissão política distrital do PSD Porto, recebeu os convidados e deixou um exercício de revisita aos últimos três anos e meio de governo, para concluir: “estamos muito confortáveis com o trabalho realizado e os resultados alcançados pela nossa governação.” Olhem para a Grécia e vejam o que é que deu a estratégia da oposição”

Carlos Carreiras em Santarém: “Somos muito fortes como social-democratas”



Carlos Carreiras, vice-presidente e presidente da Câmara Municipal de Cascais, marcou a sua intervenção em Santarém, nas Jornadas para a Consolidação, Crescimento e Coesão, com um exercício de desconstrução da demagogia e falha de estratégia do Partido Socialista. Após recordar a “revolução interna” levada a cabo por António Costa para derrubar António José Seguro “por este não subir nas sondagens”, Carlos Carreiras afirmou que os socialistas “queriam eleições quanto mais cedo melhor porque sabiam que o caminho era duro, mas que iria dar resultados positivos, aliás, como está agora a dar”.

Segundo este dirigente do PSD, os socialistas tinham “pressa nas eleições”, porque “queriam recolher os frutos da nossa governação com as reformas desenvolvidas e os resultados já alcançados, para além da gestão dos fundos comunitários que terão um impacto muito positivo no crescimento económico”, na medida em que, advertiu, “quando há dinheiro é quando os socialistas gostam mais de governar”.

Carlos Carreiras prosseguiu na sua intervenção afirmando que “quanto mais tempo passa sem eleições, quanto mais tempo passa desde a revolução interna que fizeram sem resultados, mais pressão os socialistas sentem e mais asneiras fazem e dizem”. Acrescentou como exemplo concreto o “abraço2 do PS ao Syriza, o que justificou uma referência irónica resultante da união do nome de ambos os partidos para “Psyrisa”.

Por fim, Carlos Carreiras apelou ao entusiasmo dos sociais-democratas para enfrentarem os desafios de 2015, começando por solicitar que todos contribuam para explicar os resultados da governação, tendo em conta os sinais positivos: “Podemos e devemos todos sentir muito orgulho no trabalho que fizemos. Somos muito fortes como Partido, somos muito fortes como homens e mulheres sociais-democratas”.

José Pedro Aguiar Branco: “Os sinais positivos dão agora sentido aos sacrifícios que todos tivemos de fazer”



O ministro da Defesa Nacional começou a sua intervenção apelando ao orgulho dos sociais-democratas pelos resultados alcançados após três anos de dificuldades: “Tenho muito orgulho em fazer parte deste Governo, temos todos muito orgulho neste Primeiro-Ministro que foi capaz de resistir nos momentos mais complicados a todo o tipo de pressões e colocou sempre os interesses nacionais acima dos partidos particulares”, afirmou, acrescentando de seguida: “Estamos num ano em que a nossa auto-estima deve subir”.

José Pedro Aguiar Branco enumerou depois os sinais positivos alcançados no âmbito das contas públicas, do desemprego e das taxas de juros, comparando os níveis herdados da governação socialista com a realidade concreta actual: “Os sinais positivos não são obra do acaso, chegámos aqui porque tivemos coragem de fazer reformas estruturais, os sinais positivos dão agora sentido aos sacrifícios que todos tivemos de fazer”.

O governante recordou ainda que “em 2011, o que se discutia era se Portugal saía ou não do Euro; hoje, estamos a discutir se Portugal cresce mais ou menos algumas décimas”, advertiu, explicando que os resultados positivos que começam a consolidar-se resultam das reformas efectuadas em todas as áreas de governação: “Nada disto é obra do acaso”, reafirmou.

Após detalhar as reformas na sua área da governação, José Pedro Aguiar Branco disse que se trataram de “verdadeiras reformas que contribuíram decisivamente para os resultados globais positivos que Portugal começa a registar. Esta é a realidade objectiva. Nunca ninguém reduziu tanto a despesa pública em tão curto período de tempo como este Governo e sem comprometer a coesão social”.

Por fim, Aguiar-Branco deixou uma mensagem de mobilização. Primeiro, afirmou não ignorar que 2015 é um ano eleitoral, mas garantiu que tal não significa “que façamos eleitoralismo, isso é uma coisa totalmente diferente”. Depois, clarificou que os Portugueses sabem que o PSD continua fiel à herança de Francisco Sá Carneiro, isto é, “colocaremos primeiro o país, depois todo o resto, ao contrário do que fez o PS antes de deixar o País sem dinheiro. Não vamos iludir, não vamos fingir”. Por fim, o governante apelou à energia do PSD para enfrentar as eleições legislativas com esperança e orgulho: “Estou optimista, estou confiante”.

Nuno Serra: “O Partido Social Democrata mostrou aquilo de que é feito”



O presidente da Comissão Política Distrital de Santarém iniciou a sua intervenção recordando as circunstâncias da governação herdada dos socialistas: “O PSD assumiu em 2011 uma responsabilidade enorme, uma responsabilidade de lidar com aquela que, até hoje, foi a maior das crises que tivemos: uma crise económica, uma crise financeira, uma crise social”.

Nuno Serra sublinhou depois que “durante este tempo, com grandes sacrifícios por parte dos Portugueses, recuperámos a nossa autonomia, ultrapassámos uma crise que nos fez sofrer a todos e uma crise que tem um responsável: o Partido Socialista. Que ninguém se engane, que ninguém se esqueça”.

Após identificar com detalhe os sinais positivos que começam a consolidar-se e a dar sentido aos sacrifícios realizados pelas famílias e pelas empresas, Nuno Serra afirmou que “o Partido Social Democrata mostrou aquilo de que é feito, mostrou que tinha um compromisso com os Portugueses. Acima de tudo, mostrou que tinha uma estratégia e um rumo de futuro. Nunca o Partido Social Democrata, nunca o presidente do PSD, nunca o Governo hesitaram em colocar Portugal acima de tudo, de colocar Portugal primeiro que os interesses pessoais como muitas vezes aconteceu no passado”.

Por fim, Nuno Serra deixou uma mensagem focada no futuro: “O Governo tem uma nova ambição de que os fundos europeus sejam canalizados, em grande parte, para a economia real, para as empresas, para que Portugal possa entrar na auto-estrada da competitividade, para conseguirmos acompanhar todos os outros Estados-membro”.



Luís Marques Guedes: “A diferença entre a Grécia e Portugal lembra a história da cigarra e da formiga”

Luís Marques Guedes comparou a situação portuguesa à grega, afirmando que o nosso país não pode “embarcar numa festa”, que em Portugal “as coisas evoluíram muito positivamente” e que “os sacrifícios não foram em vão” porque temos percorrido “um caminho que apresenta resultados”.

Durante a V Jornadas Consolidação, Crescimento e Coesão, promovida pela Comissão Política Distrital do PSD de Aveiro, o social-democrata lembrou que o actual Governo encontrou um país em crise e com uma estagnação de mais de uma década. Desde então, e ao contrário dos gregos, os portugueses têm cumprido com as suas obrigações e têm feito reformas que permitem passar “da divergência para a convergência” do desenvolvimento económico.

O líder do Grupo Parlamentar do PSD, Luís Montenegro, também abordou as diferenças entre o caso grego e a situação portuguesa, colocando a questão se Portugal queria estar como os gregos, afirmando que se tivéssemos feito o que o Bloco de Esquerda e o PS defendem neste momento estaria uma situação próxima.

Lembrou que Portugal tem o Estado Social salvaguardado, enquanto que a Grécia não tem a mesma possibilidade de aumentar salários, reduzir impostos e melhorar o emprego; porque seguiu um caminho de não cumprimento dos seus compromissos que fez com que Portugal esteja “mais longe da Grécia do que estava em 2011”.

Amadeu Albergaria, vice-presidente da Comissão Política Distrital do PSD de Aveiro, recordou o despesismo socialista, referindo que “não queremos que quem nos desgovernou nos possa voltar a governar” e que não quer que se repita o que apelidou de uma história antiga: “não podemos permitir que o PSD volte por as contas em ordem para o Partido Socialista desgovernar logo a seguir”.

A abertura da noite esteve a cargo do autarca Pinto Moreira, Presidente da Câmara Municipal de Espinho, que apelidou o Governo de corajoso na aplicação das reformas e referiu que o país não pode desperdiçar esta trajectória de sucesso. Lembrou que “cumprimos o memorando com uma saída limpa, quando ninguém esperava que aí chegássemos”.

António Leitão Amaro: “A diferença entre Portugal e a Grécia resulta do trabalho”



O secretário de Estado do Poder Local e Reforma Administrativa, António Leitão Amaro, não tem dúvidas em considerar que a situação de Portugal e da Grécia é completamente distinta e que tal ficou a dever-se ao “trabalho empreendido pelo Governo português” e ao mérito do povo português. Ainda assim, “quando tocou a pedir sacrifícios, procurámos sempre proteger aqueles que estavam em situação mais desfavorável”.

Em Beja, o secretário de Estado relembrou o caminho percorrido pelo Executivo desde 2011 e o sentido

de responsabilidade demonstrado nestes três anos. “Em 2011 éramos um país que não crescia e que não conseguia acrescentar riqueza sustentável”, recordou. Pelo contrário, “em 2015 Portugal exporta mais, produz mais, cresce mais do que a média europeia e atrai mais investimento”. Neste âmbito, António Amaro lembrou o papel determinante da fiscalidade com importantes decisões de estímulo em sede de IRC. Para o secretário de Estado, Portugal iniciou mesmo um processo de “reindustrialização”.

Para o futuro, o responsável governamental abordou ainda a agenda 2020, um importante pacote de incentivos à economia. “Escolhemos trazer mais dinheiro para fora de Lisboa e directamente para as empresas, privilegiando os investimentos em territórios de baixa densidade como o Baixo Alentejo”, realçou.

Pedro do Ó Ramos : Toda a esquerda disputou o título de mais Syriza



Pedro do Ó Ramos, deputado e membro da Comissão Política Nacional do PSD, participou nestas jornadas e recordou que em 2011, para além de não haver dinheiro para pagar os compromissos com os seus funcionários num prazo de dois meses, “o Estado português era o país do mundo, a par da Argentina, aquele que precisava que o dinheiro chegasse mais depressa, numa quantidade que rondava os 50% do PIB nacional”. Relembre-se que nos outros pedidos de intervenção da História portuguesa, o montante requerido rondava os 20%. Número que atestam bem a dimensão do défice a que o Governo do PS conduziu o país.

Pedro do Ó Ramos chamou a atenção para “a incredulidade que a noite eleitoral da Grécia suscitou no país. Toda a esquerda quis disputar quem era mais Syriza, incluindo António Costa, esquecendo completamente o PASOK. Agora, os socialistas já ensaiaram uma tentativa de desculpa”.

Teresa Morais: “Ou regressamos ao passado e arriscamos um novo resgate ou continuamos um crescimento progressivo, responsável e sustentável”



A secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, Teresa Morais, começou a sua intervenção na sessão das V Jornadas, em Torres Vedras (distrito de Lisboa Área Oeste), lembrando o caminho percorrido pelo executivo desde 2011 e o sentido de responsabilidade demonstrado nestes três anos.

“Não vamos esquecer que quando assumimos o Executivo já havia uma década de subida permanente do desemprego, de 3,9 por cento em 2000, para 12,9 por cento, em 2011”. Em contrapartida, os dados divulgados hoje pelo INE demonstram que a descida desta taxa tem sido permanente e sustentada. Também ao nível da redução da despesa do Estado, Teresa Morais apontou a diminuição de 35 por cento no orçamento do Conselho de Ministros desde 2011, número que, no seu entender, é pouco divulgado junto dos portugueses.

Também no sector da Saúde, que está na ordem do dia, a secretária de Estado referiu o enorme esforço que está a ser feito. “Não há nenhum desinvestimento, bem pelo contrário. Já não vou falar dos 3.000 milhões de euros de dívida. Mas falo da contratação de 1.700 médicos e 1.000 enfermeiros em 2014. E só não contratámos mais porque mais não existiam no mercado”. A finalizar, Teresa Morais apontou para o futuro. “O novo quadro comunitário contempla, pela primeira vez, um programa operacional de investimento na inclusão social e no desemprego”, plenamente de acordo com uma concepção social-democrata de desenvolvimento. Dados que, para Teresa Morais, o executivo tornam muito clara a opção nas eleições deste ano: “Ou regressamos ao passado e arriscamos novo resgate, desperdiçando os sacrifícios feitos pelos portugueses; ou mantemos a actual conjuntura de crescimento progressivo, responsável e sustentável”.

José Matos Correia: “Temos orgulho de dizer aos portugueses que cumprimos”

José Matos Correia, deputado e Vice-Presidente do PSD, participou igualmente nesta sessão, referindo que



o partido tem orgulho em encarar os portugueses olhos nos olhos por ter cumprido todas as suas promessas. “Neste momento não há um único número relevante que demonstre uma tendência negativa, bem pelo contrário. Mas nós nunca quisemos crescimento a qualquer preço, sempre lutámos por um crescimento que fomentasse a coesão social”, afirmou. Relativamente aos números do desemprego divulgados hoje pelo INE, Matos Correia foi peremptório: “É penoso ver que Portugal tem um líder da oposição que não se congratula com o facto de haver menos portugueses desempregados, antes tentando arranjar explicações bacocas para o facto”, disse referindo-se ao líder do PS, António Costa.

Nuno Crato em Setúbal: “Há mais transparência e mais democracia nas escolas”



O ministro da Educação iniciou a sua intervenção em Setúbal, nas Jornadas para a Consolidação, Crescimento e Coesão, defendendo a qualidade do ensino e destacando o esforço efectuado ao longo dos últimos anos e cujos frutos serão colhidos pelas novas gerações: “Encaramos o esforço da Educação e da Ciência como extraordinariamente importante para que o nosso País se desenvolva, se torne mais moderno e mais competitivo. Podemos ter orgulho no trabalho que fizemos”.

Nuno Crato explicou depois que os constrangimentos decorrentes da intervenção da troika condicionaram a governação em Portugal, mas acabou por ser possível obter resultados positivos na Educação e na Ciências devido aos critérios que orientaram as apostas fundamentais: “Não é o facto de gastarmos mais dinheiro na Educação que temos garantidamente melhores resultados. Temos é de saber apostar nos sítios certos, por exemplo, o reforço que fizemos nos conhecimentos essenciais dos alunos, ou seja, a Matemática e o Português, aumentando o tempo dedicado a estas disciplinas”, apontou.

Também a História e a Geografia mereceram um cuidado especial do Ministro da Educação e da Ciência, tal como reforço do ensino do Inglês: «O Inglês tornou-se obrigatório ao longo de 5 anos consecutivos e a partir do próximo ano lectivo será por 7 anos. Não saber falar Inglês em algumas áreas é como não saber falar. O Inglês é a língua universal, é a primeira vez que existe uma língua universal. O Inglês é a língua dos negócios e os novos jovens têm de aprender. Isto é decisivo», insistiu o governante.

Entre as principais medidas adoptadas na sua área, Nuno Crato acrescentou ainda o alargamento da escolaridade obrigatória até ao 12.º ano, citando esta política concreta como “um dos grandes orgulhos deste Governo”. Nesta área do combate ao abandono escolar, o governante destacou ainda a forte descida desta taxa em Portugal: “A este ritmo vamos ultrapassar a meta estabelecida a nível europeu”, notou, acrescentando de imediato que “a progressão desta descida é notável e devemos ter por isso muito orgulho no que estamos a conseguir”.

A criação dos cursos técnicos superiores profissionais foram igualmente citados como exemplos positivos, na medida em que se trata de uma nova oferta educativa que responde a uma necessidade concreta dos jovens e das empresas.

Por fim, o ministro da Educação e da Ciência defendeu o reforço da autonomia das escolas para se organizarem internamente em função dos seus objectivos específicos, acrescentando ainda várias medidas que aumentaram a transparência e reforçaram os mecanismos de comunicação com as comunidades locais. “Há mais transparência e mais democracia nas escolas”, concluiu Nuno Crato.



Manuel Castro de Almeida em Coimbra: “Somos agora um país mais credível”

O secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Manuel Castro Almeida, afirmou esta quinta-feira que os fundos europeus estarão à disposição dos empresários que queiram tornar as suas empresas mais competitivas. Esta é uma prioridade estratégica da aplicação dos fundos: “o problema hoje não é o défice das infra-estruturas, mas o défice de competitividade das empresas. Precisamos de uma economia mais competitiva.”

Durante a V Jornadas Consolidação, Crescimento e Coesão, em Coimbra, o social-democrata falou sobre o papel importante que as empresas têm na aplicação dos fundos, não cabendo ao Estado decidir as áreas que devem ser prioritárias, pois os empresários estão “em melhor situação de o fazer”.

Referiu também a importância de reduzir o défice para que um dia seja possível falarmos em “excedente orçamental”, aproveitando para lembrar que “nunca ninguém ouviu um socialista dizer que queria acabar com o défice” e que “em 2010, 3 meses da despesa anual do Estado era feita com dinheiro emprestado”.

Chamou à atenção para as próximas eleições legislativas, destacando que o país necessita de ter os pés no chão e não correr atrás de ilusões. Destacou que, enquanto que este mandato serviu para salvar o país da bancarrota, o PSD merece “agora uma legislatura em condições normais para melhorar as condições de vida dos portugueses.”

Falou ainda José António Jesus, membro da Comissão Política Nacional do PSD, que aproveitou para enviar um recado ao Partido Socialista, referindo que “o maior ataque à democracia é caminhar para um processo eleitoral acreditando em soluções que não são reais”.

A abertura da sessão ficou a cargo de Maurício Marques, presidente da Comissão Política Distrital de Coimbra, que lembrou a recuperação de credibilidade internacional que Portugal conseguiu com este Governo: “Somos agora um país mais credível.”

Fernando Leal da Costa: “Salvámos financeiramente o Serviço Nacional de Saúde”



O secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde começou a sua intervenção nas Jornadas para a Consolidação, Crescimento e Coesão, em Tondela, Viseu, recordando o legado socialista: «Quando iniciámos funções governativas, estávamos basicamente encalacrados, numa situação de pré-bancarrota. Era uma situação de emergência, que fomos resolvendo com discrição e eficiência», afirmou Fernando Leal da Costa, apontando como exemplo a recuperação das dívidas em atraso apesar das ameaças dos fornecedores, nomeadamente da indústria farmacêutica.

O governante apresentou de seguida uma análise detalhada da situação da saúde em Portugal em função do número de habitantes e das respectivas faixas etárias e enumerou as principais medidas adoptadas na saúde, garantindo que a racionalização da despesa “não reduziu o padrão da qualidade na saúde apesar das restrições financeiras”.

Fernando Leal da Costa apresentou de seguida factos concretos: “Os medicamentos, por exemplo, estão hoje mais baratos para os consumidores e isto contradiz totalmente as críticas ao acesso dos Portugueses ao sistema de saúde”, detalhou.

A gestão exemplar dos recursos financeiros na Saúde passou também pelo combate fraude, por exemplo, os esforços bem sucedidos que permitiram ao Estado recuperar 290 milhões de euros em fraudes.

Quanto à alegada falta de médicos em Portugal, o secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde garantiu que Portugal “está no caminho de recuperação”,

ao ponto do Serviço Nacional de Saúde (SNS) ser actualmente o maior empregador em Portugal. “Estamos a ser capazes de atrair cada vez mais médicos”, afirmou, tendo reconhecido depois a existência de problemas a nível da especialização e da distribuição geográfica dos médicos. “Mas estamos a fazer um esforço considerável para melhorar esta situação”, advertiu Fernando Leal da Costa.

Por fim, o governante recordou que “o SNS foi sempre a área pública onde houve mais investimentos”, acrescentando que “o SNS não foi destruído, nem desmantelado, está melhor do que encontramos: estava falido e insustentável sem a nossa intervenção. Hoje, é sustentável e os Portugueses têm acesso a Saúde de qualidade”, afirmou Fernando Leal da Costa, concluindo: “Salvámos financeiramente o SNS”.

Artur Trindade: “O Governo tomou a medida da energia eléctrica mais importante dos últimos anos”



O secretário de Estado da Energia, Artur Trindade, salientou o “espírito reformista, tendo não só presente a situação actual mas também os desafios futuros que se adivinham”. Caracterizando o bom trabalho do Governo na área da energia, destacou que “todos os sectores da energia foram (e estão a ser) objecto de reformas e melhorias que visam promover a competitividade”.

Nas Jornadas para a Consolidação, Crescimento e Coesão, em Vila Real, o governante social-democrata lembrou que “este Governo foi o único que não aumentou nenhum custo na energia” e que tomou decisões muito importante para o futuro energético do país, que visam a promover a competitividade e a “fomentar o crescimento económico sustentável de Portugal”.

Enquadrando os presentes sobre a situação deixada pelo governo socialista, referiu que rapidamente percebeu-se que “o problema não era investir nas tecnologias”, mas “ter ou não capacidade para suportar os custos”. Neste sentido, foi importante “racionalizar os custos” da energia e ter a coragem necessária para efectuar “um conjunto de medidas muito importantes”, que permitiram assegurar a sustentabilidade do sistema e “evitar o seu colapso decorrente de decisões passadas”.

Referiu que foi tomada a “medida da energia eléctrica mais importante dos últimos anos”, que permite a quem “tem dificuldades económicas beneficiar imediatamente de 34 por cento de desconto na energia eléctrica”. Esta é “uma decisão política com influência decisiva para o futuro” e que “é suportada pelos produtores de energia”.

Clarificou também que a publicação dos preços de referência e os combustíveis “low cost” são duas medidas relevantes para a nossa economia, sendo que a aposta nas energias renováveis é para manter, mas que “não pode ser à custa dos contribuintes”, nem exclusiva para alguns: “quando o Governo tomou posse era proibido produzir uma energia renovável sem subsídio”.

No final da intervenção, destacou que a energia vai para além do sector eléctrico e que, no contexto da UE, Portugal tem de aproveitar as “riquezas mineiras que nos trazem vantagens e que valem apenas explorar”. Referiu ainda que se deve dar visibilidade ao excelente trabalho que o Governo tem feito pela eficiência energética.

Fernando Armindo da Costa, membro da Comissão Política Nacional do PSD, teve a intervenção anterior, em que deixou alguns recados ao PS, destacando que “o rigor das contas públicas é uma das razões porque temos crescimento e recuperação”, mas que “infelizmente ainda existem doutrinas políticas do despesismo” e que os socialistas são “alérgicos à contenção orçamental”.

Domingos Dias, Presidente da Comissão Política Distrital do PSD de Vila Real, marcou a sua intervenção pela recuperação da metáfora usada por Luís Marques Guedes para salientar a diferença entre Portugal e a Grécia: “em três anos fizemos como a formiga e os gregos como a cigarra.”

Octávio Oliveira: “Cerca de 200 mil jovens portugueses estiveram envolvidos nas diversas políticas públicas da Garantia Jovem”



“A população empregada do INE aumentou 210 mil postos de trabalho em seis trimestres”, explicou Octávio Oliveira, secretário de Estado do Emprego, nas jornadas sociais-democratas, na Guarda. Salientando que não foi só o emprego que cresceu mas, com ele, a qualidade do emprego, que também sentiu melhorias, o responsável apresentou resultados concretos do caminho que este Governo fez.

O resultado de tal visão estratégica foi a queda do desemprego de 17,7 por cento, o seu número mais elevado (em Janeiro de 2013), para 13,4 por cento, número confirmado na sexta-feira passada pelo INE. Reflexo da preocupação do Governo pelo emprego foi também o número de jovens envolvidos nas políticas públicas da Garantia Jovem: 210 mil jovens portugueses, 55 mil dos quais beneficiaram de estágios profissionais, detalhou Octávio Oliveira. O programa de estágios garantiu emprego a 70% dos jovens. “Em 100 jovens, seis meses após a conclusão do estágio, 70 estão a contribuir activamente para o sistema de Segurança Social e, portanto, estão integrados no mercado de trabalho”, acrescentou.

Tendo surgido no contexto do debate europeu sobre o emprego jovem, o programa “Garantia Jovem” seguiu-se ao “Impulso Jovem”, resposta do Governo português a esta que é uma das suas prioridades e que, a certa altura, foi partilhada por outros Estados-membro da União Europeia, contou o secretário de Estado.

“O Garantia Jovem é a afirmação de que os jovens devem estar em três locais”, descreveu: na escola, até ao 12º ano ou até completarem 18 anos; no mercado de trabalho, após conclusão do ciclo educativo; ou “se porventura não for possível que esse trabalho aconteça, deverão estar a beneficiar de uma oportunidade de formação”, rematou. Entre as políticas desenvolvidas para direccionar os jovens para cada um destes momentos, Octávio Oliveira destacou – para além dos estágios – os cursos em escolas profissionais, de que beneficiaram 31 mil jovens; e a aprendizagem dual do IEFP, por onde passaram já 38 mil jovens. O responsável pela pasta do emprego apontou ainda programas como o “Retomar”, para jovens que tenham abandonado o ensino superior e pretendam voltar a ele; os “novos cursos técnicos superiores profissionais” criados no ensino politécnico; e o apoio aos empreendedores que queiram criar as suas empresas.



Numa Europa alinhada quanto à preocupação do desemprego jovem, Octávio Oliveira destacou que, em Portugal, ao contrário do que acontece noutros países, os jovens apoiados por estas políticas estão entre 15 e 29 anos, e não entre 15 e 24 anos.

“Fomos chamados a percorrer o caminho da divergência à convergência”

Em Dezembro de 2014, o distrito da Guarda tinha 6866 pessoas sem trabalho. “É um número elevado”, reconheceu o secretário de Estado, mas “é preciso ter consciência de que, em Dezembro de 2011”, eram 7557 os habitantes da Guarda desempregados e que, em Dezembro de 2012, este número ultrapassou 8200. Foi esta a distrital que recebeu mais uma sessão das jornadas sociais-democratas, onde o secretário de Estado do Emprego reforçou a preocupação do Governo com os mais desprotegidos. As prestações sociais, explicou Octávio Oliveira, “aumentaram 2,7 mil milhões entre 2010 e 2015”.



Recordando a “herança” que o Governo recebeu, Octávio Oliveira desenhou o cenário português de 2011: um País com um modelo económico baseado no endividamento das empresas, das famílias, do Estado, das autarquias. Um modelo “que não é possível manter durante muitos anos”. Portugal chegou a ser o quarto país do mundo onde a dívida pública mais cresceu. Hoje, porém, está a crescer acima da média europeia, percorrendo o trajecto da divergência à convergência com a Europa.

E foram vários os momentos em que “foi possível atingir consensos com os parceiros sociais”, durante os últimos três anos e meio, em “temas difíceis”, como o aumento do salário mínimo nacional e o crescimento da produtividade, a ele associado. Octávio Oliveira fez este balanço antes de salientar a confiança com que os investidores olham hoje para Portugal, onde sectores como o calçado – que tem o segundo preço mais elevado do mercado internacional – se destacam lá fora por “factores distintivos” como o progresso tecnológico.

Resultados como a recuperação de rendimentos pelos funcionários públicos, a redução dos preços dos medicamentos e a actualização constante das pensões contribuíram para a convergência e para termos hoje “um

País mais forte e solidário”. “Aquilo para que estamos todos convocados é para manter este ritmo de reformas, para fomentar a competitividade, para não permitir que possamos voltar atrás”, acrescentou o secretário de Estado, na Guarda, onde o tema dos territórios de baixa densidade, que o PSD tem incentivado, foi mencionado pelos oradores, não fosse a coesão um dos temas em destaque nas jornadas.

Não só coesão territorial mas também social, como destacou António Topa, membro da Comissão Política Nacional do PSD. Recordou ainda o défice que o Partido Socialista deixou nos 6 por cento e que, com as surpresas orçamentais não contabilizadas, estava nos 11 por cento. Mas hoje, e em linha com o que a ministra de Estado e das Finanças anunciou esta quarta-feira nas jornadas, as contas do País são transparentes, afirmou António Topa.

Já Carlos Peixoto, presidente da Comissão Política Distrital da Guarda, centrou o discurso do futuro não na consolidação, que marcou o trabalho desta legislatura, mas no crescimento e no emprego. «Todos temos razões para estar confiantes, mas a política e as vitórias só se fazem com empenho», rematou o líder distrital.

Miguel de Castro Neto: “Impõe-se um novo modelo de desenvolvimento territorial”

“Portugal é hoje reconhecido como um líder do crescimento verde”, apontou Miguel Castro Neto em Bragança, onde decorreu mais uma sessão das V Jornadas Consolidação, Crescimento e Coesão, focada no crescimento sustentável.

“Concluimos a reforma do ordenamento do território”, afirmou o secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza abordou ainda a reforma do ordenamento do território. O Governo demonstra um forte empenho na reforma do ordenamento do território, através de um modelo de planeamento territorial. E a base de tal modelo, de acordo com Miguel Castro Neto, é a nova Lei de Bases da Política Pública de Solos, do Ordenamento do Território e do Urbanismo.

Para o secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, “impõe-se uma nova forma de planear”, com uma visão de futuro onde o crescimento e o emprego sejam sustentáveis. Trata-se, detalhou, de um novo modelo de desenvolvimento territorial, que responda, hoje, às necessidades futuras, enquadrado no contexto mais vasto do crescimento sustentável e do emprego, “tirando partido dos nossos talentos, dos nossos recursos naturais e das nossas infra-estruturas”. Para Miguel Castro Neto, «este futuro de emprego e de crescimento sustentável já está em curso», fruto do trabalho do actual Governo, cujas políticas foram as responsáveis pela diminuição da taxa de desemprego, actualmente em 13,4 por cento.

O secretário de Estado com a pasta do ordenamento do território apresentou na reunião social-democrata o Compromisso para o Crescimento Verde, documento

base para a realização do crescimento sustentável e que, acrescentou o responsável, assume uma «clara aposta» no desenvolvimento urbano sustentável, em particular na reabilitação urbana. Assim, reforçou, o Governo propõe alcançar em 2020 o valor de 17 por cento em termos de peso da reabilitação no conjunto do sector da construção civil.

A Lei de Bases abriu caminho à definição de um quadro mais alargado da reforma do ordenamento do território, e onde se incluem o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, o Regime Excepcional de Reabilitação Urbana e o novo regime do arrendamento urbano, bem como reformas noutras áreas de que são exemplo o cadastro predial e a política de cidades.

O secretário de Estado traçou como objectivo, nesta matéria, contrariar a especulação urbanística, o crescimento excessivo dos perímetros urbanos e o aumento incontrolado dos preços do imobiliário, designadamente através da alteração do estatuto jurídico do solo. A nova definição de solo urbano, detalhou, a qual corresponde ao solo urbanizado ou edificado, elimina a categoria de solo urbanizável e exclui as áreas de expansão urbana do perímetro urbano, o que elimina a introdução de mais-valias puras em solos rústicos, que poderão nunca vir a ser urbanizados, contrariando-se a especulação imobiliária.

De acordo com Miguel Castro Neto, a reunião de todas as normas vinculativas aos particulares no PDM, medida incluída na reforma do ordenamento do território, irá permitir não só a compatibilização prévia de todos os planos e a simplificação dos processos de licenciamento, como promover uma visão integrada do território. A obrigatoriedade da inclusão das normas de cariz nacional no PDM implicará uma coordenação prévia de estratégia municipal com os valores naturais de âmbito nacional a salvaguardar.

Sobre a conservação da natureza e a valorização das áreas protegidas e classificadas, Miguel Castro Neto apresentou a estratégia Natural.PT, baseada em produtos e serviços desenvolvidos a partir dos recursos endógenos das áreas protegidas em Portugal.

“Viver nas áreas protegidas do interior passará a ser uma oportunidade de desenvolvimento sustentável, capaz de resistir aos ciclos económicos», concluiu. Esta é uma reforma que marcará Portugal, alterando o paradigma do planeador para a contenção dos perímetros urbanos, e dos investidores para a reabilitação das áreas urbanas existentes”, acrescentou ainda.

Foi também a pensar num futuro pautado pelo crescimento que José António Jesus, membro da Comissão Política Nacional do PSD, falou aos social-democratas. Depois de resgatado o País, apontou, «queremos manter esta trajectória que promove o crescimento e a esperança no futuro». Para José Silvano, presidente da Comissão Política Distrital de Bragança, este objectivo tem importância acrescida ao pensar naquela que é uma «missão comum»: «ganhar as próximas eleições por Portugal».

Manuel Rodrigues: “Temos a ambição de conseguir um défice zero em 2018”



O secretário de Estado das Finanças, Manuel Rodrigues, foi o orador convidado na sessão de encerramento que decorreu, em Braga, das V jornadas Consolidação, Crescimento e Coesão. O secretário de Estado focou a sua intervenção numa reflexão sobre três dimensões: como encontrou este Governo o país, como conseguiu transformar a trajectória de divergência em convergência e as ambições do Executivo para o futuro.

A este propósito, o secretário de Estado foi peremptório em apontar uma meta: “Temos a ambição de conseguir que Portugal atinga o défice zero em 2018”. Uma ambição alicerçada pelo facto de Portugal se encontrar em crescimento sustentável e, mesmo, acelerado. “O número de insolvências desceu 26 por cento em 2014 e foram criadas mais 4.000 empresas no ano passado”, avançou Manuel Rodrigues para ilustrar o panorama de confiança traçado.

Ainda sobre a situação encontrada pelo Executivo em 2011, Manuel Rodrigues acrescentou que reflectia o corolário de uma década de divergência relativamente aos nossos parceiros europeus. “Portugal cresceu menos ou simplesmente não cresceu durante 10 anos seguidos. É por isso que podemos dizer que o actual Governo tomou posse depois de uma crise iniciada há 10 anos”. Face aos inúmeros resultados positivos conseguidos desde então, o secretário de Estado das Finanças não hesita em considerar que a ambição de Portugal e dos portugueses tem de se manter elevada. “Enquanto no passado o futuro era resolvido de PEC em PEC, nós estamos a resolver o futuro com mais credibilidade, mais sustentabilidade e muito maior ambição em dar aos portugueses o nível de vida que merecem”, concluiu.

Um Governo que não deitou a toalha ao chão



José Manuel Fernandes, líder da distrital do PSD de Braga, participou igualmente nesta sessão de encerramento e começou por enaltecer o papel do presidente do PSD e primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho: “Temos um Governo resistente, competente, credível e que não deita a toalha ao chão”. Um percurso que, na sua opinião, atordoia o Partido Socialista. “O PS queria que fôssemos uma nova Grécia, que andássemos pela Europa de chapéu na mão, que o desemprego aumentasse e que estivéssemos dentro da tal espiral recessiva que tantas vezes apregoavam”.

Referindo-se à situação grega, o dirigente social-democrata frisou que Portugal foi e deverá continuar a ser solidário com aquele país. Mas, “a solidariedade tem de ter dois sentidos. Felizmente para Portugal, o nosso país começou a resolver os seus problemas pelos alicerces e não a partir do telhado. E foi a partir daí que criámos condições para iniciar um novo ciclo”.

Para finalizar, e referindo-se ao actual panorama político, José Manuel Fernandes realçou que o PS tem demonstrado mais instabilidade política interna que o Governo, que até é formado por dois partidos”.

“Os países escolhem os seus caminhos”



“Ninguém impõe aos Governos seja o que for, os países escolhem os seus caminhos”, mas os governos dos países “não podem é impor aos outros unilateralmente as suas condições”, afirmou o Primeiro-Ministro a propósito do resultado das eleições na Grécia. Pedro Passos Coelho fez esta declaração aos jornalistas, numa sessão sobre financiamento da investigação em saúde, em Lisboa.

“A Grécia terá um novo Governo e precisará, junto da troika, de fechar o seu programa e conseguir atingir os seus objectivos. Saber como é que vai fazer isso, depende do próprio Governo, como é evidente”, disse ainda.

Pedro Passos Coelho espera que o recém-formado Governo grego “exerça nas suas competências tudo o que está ao seu alcance para conciliar as necessidades de crescimento da Grécia com a necessidade também de cumprir as regras - que são regras que não foram desenhadas especialmente para a Grécia, são regras que são válidas para todos os países europeus”.

Aliás, “sem essas regras, a Europa desintegra-se”, disse, recusando a ideia de que possam não ser cumpridas: “Isso não existe. Se existisse, não havia nenhum Governo que não seguisse esse caminho. Esse caminho não está disponível para a Grécia, como não está disponível para nenhum outro”, tanto mais que a Grécia é “caso único que se tem evidenciado” na dificuldade em cumprir os programas de resgate.

Pedro Passos Coelho recusou a ideia de que a União Europeia tem seguida políticas de austeridade: “A Europa não tem seguido políticas de austeridade ou deixado de as seguir”, o que há é países que “precisam de corrigir as suas situações de desequilíbrio orçamental”, o que implica políticas de austeridade para estes países.

No caso grego, houve “progressos que são importantes e representaram um esforço muito grande que o povo grego foi fazendo”, mas, mesmo assim, “foi preciso fazer um segundo programa” e “não se tem a certeza ainda de que um terceiro não venha a ser necessário”.

Portugal pagou um “preço elevado” por olharmos só para o presente



O Primeiro-Ministro recorda “o preço muito elevado” que o país pagou por apenas se olhar para o presente, descuidando o futuro, mas considerou que as lições tiradas fizeram com que os recursos passassem a ser aplicados com mais rigor. “Muitas vezes, pergunta-se o que aprendemos com isto tudo, que lições é que tirámos de todas estas provações por que passámos, eu acredito que estas lições que nos custaram muito nos garantiram hoje um grau de consciência muito maior das nossas limitações”, disse o primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, numa intervenção na cerimónia de inauguração da Residência Sénior Casa de São Paulo, na Cova da Piedade, em Almada, dia 25.

Mas, acrescentou, também ensinaram a importância de valorizar aquilo que se tem e de aplicar com “muito rigor tudo aquilo que são recursos indispensáveis não apenas para satisfazer as necessidades presentes, mas futuras também”.

Centrando a sua intervenção no equilíbrio necessário entre a resolução dos problemas mais imediatos e emergentes e a necessidade de providenciar o futuro, Passos Coelho considerou que esse “balanço entre presente e futuro está hoje mais entranhado nas instituições e nas pessoas”. “Pouco vale responder ao presente sem

do dia-a-dia, (...) mas, sem perder de vista a responsabilidade que têm para futuro”, frisou, admitindo que este equilíbrio não se faz sem “pagar um certo preço”, “o preço de alguns excessos, de muitas imprudências, que custaram a infelicidade de muitas pessoas”.

“Pagou-se um preço muito elevado, mas a consciên-



cautelares o futuro, é aquilo que chamamos a sustentabilidade”, sustentou, reconhecendo que “as instituições políticas às vezes também olham demasiado ao presente e com isso deixam uma carga de responsabilidades muito grande para aqueles que vêm a seguir”.

Contudo, continuou, e porque não se pode “apenas confiar na sorte” e também é necessária “alguma prudência, ao longo dos últimos anos começou a verificar-se que nas empresas, nas instituições sociais e nas instituições políticas, foi-se ganhando uma percepção mais rigorosa da necessidade do equilíbrio entre o presente e o futuro.

“Isto é, de ir procurando satisfazer as necessidades

cia que temos da importância de preservar esse equilíbrio tem mais valor”, assinalou.

Falando perante autarcas, responsáveis de instituições sociais e do bispo de Setúbal, o primeiro-ministro deixou ainda uma palavra sobre a relevância do sector social, que hoje representa “uma realidade económica e social insubstituível”. “Durante os tempos de maior crise e enquanto tivemos recessão económica elas foram um amortecedor socioeconómico extremamente relevante e, hoje que estamos a recuperar lentamente desse processo, elas são também uma mola impulsora do crescimento da nossa comunidade, no sentido mais local do termo”, referiu.

Debate quinzenal

Sucesso nas contas públicas



Portugal está conseguir sanear as contas públicas e a prova é a execução orçamental de 2014. Ao mesmo tempo, a austeridade perde relevância em Portugal e as políticas de crescimento e emprego ganham prioridade. Na abertura debate quinzenal, dia 30, o Primeiro-Ministro reafirmou que “os resultados que apresentámos em 2014 reforçam a convicção de que será possível Portugal ficar abaixo da meta dos 3 por cento este ano e, nessa medida, ter evidentemente o prémio e o mérito consequentes a uma estratégia determinada de sanear financeiramente as contas públicas do país e permitir assim que centremos a nossa preocupação sobretudo nas políticas de crescimento e emprego, em vez de nas políticas de contenção”.

Passos Coelho lembra, contudo, que é preciso manter o “equilíbrio entre crescimento e responsabilidade perante o futuro”, acrescentando: “É o que nós continuaremos a fazer, à medida que a austeridade ganha menos relevância e a nossa capacidade para crescer se vai tornando mais notória”.

O Governo escolheu para tema deste debate quinzenal “questões de relevância política, económica e social” e, na sua intervenção inicial, o primeiro-ministro destacou dados recentes relativos à execução orçamental, à evolução do emprego e das exportações, assumindo “algum moderado optimismo”.

Passos Coelho contestou a “falsa percepção”, de que o défice em 2014 foi reduzido à custa da receita, contrapondo que “a redução da despesa contribuiu com dois terços do esforço para o resultado que foi alcançado”, e disse esperar que o debate de hoje leve a uma “correção” dessa ideia, que alegou ser dominante no plano mediático.

Relativamente à taxa de desemprego, assinalou que o Instituto Nacional de Estatística “corrigiu as suas previsões estatísticas” em meio ponto percentual. “É uma diferença assinalável e que mostra que até hoje, tirando um dado isolado mensal, não se registou qualquer evolução de tendência e que, portanto, nós continuamos a manter uma trajectória descendente do desemprego e a evidenciar um aumento do emprego”, acrescentou.

Em matéria de exportações, Passos Coelho reitera que é preciso continuar “a transformar o perfil estrutural da economia portuguesa, ao contrário de leituras apressadas feitas no ano passado, como aconteceu com o Fundo Monetário Internacional, do nosso ponto de vista”.

O Primeiro-Ministro anunciou também que não apoiará a iniciativa do novo governo grego para a realização de uma conferência europeia para a renegociação da dívida. “Não estarei do lado de nenhuma conferência que seja para perdoar a dívida ou reestruturar a dívida à custa dos povos europeus, isso é claro, muito claro”, expressou o chefe do Governo português.

Interesse nacional é cumprir regras

Respondendo a uma provocação do secretário-geral do PCP, sobre a reestruturação da dívida, Passos Coelho garantiu que “o comportamento do Governo defende os interesses dos portugueses e de Portugal”, ao contrário de “vários partidos da esquerda parlamentar”. “A Grécia renegociou a sua dívida, aliás foi o único país na Europa que o fez. Teve um ‘haircut’ (corte) e isso foi feito à custa da solidariedade europeia. Portugal, entre 2010 e 2011, fez empréstimos bilaterais de quase 1.100 milhões de euros à Grécia”, lembrou o líder do executivo da maioria PSD/CDS-PP, reforçando discordar de que uma eventual renegociação da dívida portuguesa “seja uma vantagem para Portugal”.

O Primeiro-Ministro deseja que a Grécia “consiga resolver os seus problemas”, mas sublinhou que o Governo helénico deve também “respeito aos dos outros países”, pois “não há povos de primeira, de segunda ou de terceira”. “Há uns (Estados-membros da UE) mais iguais que outros. Demonstrou aqui que o primeiro-



-ministro português está mais do lado da senhora Merkel (chanceler alemã) do que dos interesses nacionais”, analisou o secretário-geral do PCP, exemplificando com as anunciadas privatizações de TAP, EMEF e CP Carga e aquilo que considera ser a ingerência da Comissão Europeia em assuntos e sectores estratégicos internos.

Admitiu haver “vantagens e desvantagens” por Portugal estar “dentro da UE” e até “inconvenientes”, mas avaliou que, no cômputo geral, “Portugal tem ganho claramente com o projecto europeu, apesar de todas as vicissitudes”. “Quando se faz parte de um projecto destes, tem de se cumprir as regras (sobre a concorrência e ajudas estatais). São boas regras, não são más. O PCP preferiria uma intervenção discricionária”, contrariou o chefe de Governo, sublinhando que “a melhor maneira de manter” a TAP, “mantendo as regras, é privatizá-la”.

Governo foi o que mais investiu na saúde

O actual Governo foi o que mais investiu na saúde. Durante o debate quinzenal, Passos Coelho pediu aos deputados bloquistas seriedade. “Seja a senhora séria se fizer favor, e não faça demagogia barata com assuntos sérios, não faça que lhe fica mal”, afirmou o chefe do Governo, perante a associação das parlamentares da extrema-esquerda entre “as mortes nas urgências e a redução “do funcionamento da saúde”.

Esta troca de palavras motivou uma advertência da presidente da Assembleia da República, Assunção Esteves, à bancada bloquista: “Há expressões dispensáveis no âmbito da liberdade de expressão do Parlamento”.

Pedro Passos Coelho acusou o BE de “fazer um comício e muita demagogia à volta de uma matéria muito sensível e que não se devia prestar a esse serviço” e sublinhou que o executivo, “nos últimos três anos, colocou mais dinheiro na saúde, mais médicos na saúde e mais meios do que qualquer outro”.

Esse investimento, que se traduziu tanto em pessoal como em equipamentos, e serviu para “cobrir os passivos que existiam para sanear os hospitais”.

Sobre o agravamento nas urgências hospitalares, Passos pediu que não se “confunda o que se está a passar, se passa em Portugal” como “se tem passado noutros países” de “uma forma anormal, desafiando a capacidade instalada e a qualidade dos profissionais”. Neste contexto, o Primeiro-Ministro citou um “estudo sueco” que “mostra que Portugal ocupa o 13.º lugar no Índice Europeu de Saúde dos Consumidores de 2014 (IESC), apesar das condicionantes financeiras.

Desagravamento fiscal permite criar emprego

Pedro Passos Coelho venceu no sábado, dia 31, o “compromisso de honra” do governo em prosseguir o desagravamento fiscal no IRC, para atrair mais investimento para Portugal e criar mais emprego. Para o Primeiro-Ministro, é o desagravamento fiscal destinado ao tecido empresarial que permite “chegar mais directamente às pessoas”, através da criação de emprego. “Quando olhamos para o quadro de competitividade fiscal das nossas empresas, é para as pessoas que estamos a olhar”.

Depois de ouvir os responsáveis da Mabor Continental anunciarem que o grupo pode avançar com mais um investimento em Famalicão, criando dezenas de postos de trabalho, Passos Coelho enfatizou a aposta do governo na competitividade fiscal para as empresas, aludindo ao compromisso do Governo de ter, até 2018, uma taxa de IRC “das mais competitivas da Europa”. Aludiu ao compromisso do Governo de ter, até 2018, uma taxa de IRC “das mais competitivas da Europa”.

Pedro Passos Coelho sublinhou que o investimento e o crescimento económico são fundamentais para aliviar a “elevadíssima carga fiscal” que admite registar-se em Portugal.

Numa visita à fábrica da Continental Mabor, em Vila Nova de Famalicão, o Primeiro-Ministro deu conta de outro “compromisso de honra” do governo: ter um défice inferior a 3 por cento. Só com contas certas, adiantou, é que é possível aliviar os “esforços” que impendem sobre os portugueses.

Passos Coelho critica recursos gastos em obras inúteis

“Não percebemos como é que, em tempos de vacas gordas, foi gasto tanto dinheiro em obras de fraca ou quase nenhuma utilidade”, lamentou o chefe do governo.

A solução inicial, trabalhada pelo anterior executivo, apontava para uma variante, com perfil de auto-estrada, que custaria 190 milhões de euros. Foi apresentada uma nova solução, que ficará por 36 milhões de euros. “É uma solução que vai funcionar. É uma solução económica mas eficiente”, afirmou Passos Coelho, lamentando que aquela nova acessibilidade não tivesse sido feita quando os fundos comunitários privilegiavam as infra-estruturas rodoviárias e “quando entrava pelos olhos dentro” que se tratava de uma ligação com retorno económico.

A EN14 é a via de acesso às zonas industriais de Famalicão, Trofa e Maia, onde estão instaladas empresas com forte vocação exportadora, entre as quais a Continental Mabor. A estrada é atravessada diariamente por cerca de 30 mil veículos, nomeadamente pesados, com constantes estrangulamentos, pelo que os responsáveis políticos e empresários daqueles municípios reivindicavam há muito uma alternativa ao trânsito.

“Hoje, assistimos à concretização de uma ambição, que durante muitos anos foi um sonho, uma quimera”, declarou o presidente da Câmara de Famalicão. Paulo Cunha sublinhou que se trata de uma solução “sóbria mas adequada à realidade”, que “não compromete o futuro de Portugal nem endivida as próximas gerações”.

O Primeiro-Ministro manifestou a sua convicção de que a política seguida pelo Governo “está certa”. “Não andamos a navegar à bolina nem à vista, sabemos para onde nos estamos a dirigir, sabemos qual a estratégia, e os resultados não aparecerão por acaso. Não estamos a seguir um caminho de endividamento, a economia está a retomar, a procura interna a crescer, o investimento a crescer a um ritmo superior ao da procura de bens”.

Para Passos Coelho, um dos principais problemas que têm de ser resolvidos relaciona-se com o facto de a generalidade das empresas portuguesas estar “mal capitalizada”. “A generalidade das empresas está mal capitalizada, é assim estruturalmente”.

O resultado é que “as pessoas têm boas ideias mas não têm dinheiro para” para as pôr em prática, considerou.

O Primeiro-Ministro disse que uma das soluções para este problema pode ser facilitar a conversão da dívida das empresas aos bancos em capital. A ideia seria que os bancos pegassem nos créditos e encontrassem “novos



donos” para as empresas.

O problema, como reconheceu Passos Coelho, é que os donos preferem ter empresas subcapitalizadas a terem de partilhar as suas empresas com outros investidores. “Não vem mal nenhum ao mundo em partilhar. Mais vale ser dono de metade da empresa do que ser dono de uma coisa que não tem futuro”.

O Primeiro-Ministro admite também mexer na Lei da Nacionalidade, mas não para identificar ‘jihadistas’. Em visita à Associação Empresarial do Baixo Ave (AEBA), na Trofa, alertou para a necessidade de mais rigor na concessão da nacionalidade. “Devemos ser mais rigorosos na concessão da nacionalidade por naturalização. Há um conselho superior de segurança interna que eu convoquei para a próxima semana e na sequência disso o Conselho de Ministros então tomará uma decisão que publicitará em tempo oportuno”.

O líder do executivo descreveu ainda a “transformação do perfil estrutural da economia portuguesa”, enumerando os “bons resultados”, quer ao nível das exportações de bens, “apesar do constrangimento” da queda do preço do petróleo que, considerou, “foi responsável por um desempenho não tão bom quanto àquele que estava inicialmente previsto”, quer no saldo face ao exterior que, disse, “tem vindo a mostrar-se solidamente confortável”.

Governo espera que Grécia respeite as medidas da moeda única

O Primeiro-Ministro disse esperar que o Governo grego “respeite as medidas” da moeda única e da União

Europeia e apontou que a Grécia gozou dentro da “casa europeia” de solidariedade e “alguma excepcionalidade”. “Não quero fazer qualquer tipo de julgamento de mérito sobre as intenções do Governo [grego]. Quero apenas recordar que as regras existem para todos e têm de ser claras para todos”.

Convidado a fazer um comentário às declarações do ministro das Finanças grego, Yanis Varoukakis que disse não reconhecer a ‘troika’ como interlocutora válida, Passos Coelho não quis falar directamente destas afirmações, mas venceu que “todos têm de respeitar as regras que existem na sua casa”. “Todos precisamos de respeitar as regras que existem dentro da nossa casa que é a casa europeia. E nessa medida eu espero que o Governo grego respeite as medidas quer da moeda única, quer da União Europeia. No dia em que não respeitarmos as nossas regras, não podemos viver na mesma casa comum”.

“Singular” foi como Passos Coelho adjectivou o caso grego, apontando que “muitas soluções adoptadas à escala europeia” foram “soluções muito particulares no que toca à Grécia”. “E portanto não é com certeza por falta de solidariedade nem de alguma excepcionalidade que a Grécia não teve até hoje mais sucesso do que outros países”.

O Governo português está “interessado”, sublinhou o governante, em que “a Grécia resolva os seus problemas da melhor forma possível”, uma vez que ambos os Estados são, acrescentou, “parceiros do mesmo projecto que é o projecto europeu” e da mesma moeda, o euro.

“Aquilo que se passa noutros países afecta-nos evidentemente como aquilo que se passou em Portugal afectou outros países. Temos o dever de cooperação e de colaboração”, frisou.

José Matos Rosa na homenagem ao ex-autarca Vasco Oliveira

O secretário-geral José Matos Rosa esteve no passado sábado, 31 de Janeiro de 2015, num almoço de homenagem a Vasco Oliveira, um ex-autarca de grande prestígio, após o 25 de Abril de 1974, desportista desde muito jovem e apaixonado pela columbofilia, o futebol e o poder local. A esta iniciativa associou-se, além do PSD nacional e da distrital de Leiria, a Federação Portuguesa de Columbofilia, a Associação Columbófila do Distrito de Leiria, a Sociedade Columbófila Caldense, a Câmara Municipal das Caldas da Rainha, a Associação Nacional de Municípios e a Associação de Futebol do Distrito de Leiria.



“Parlamento dos Jovens” em Nova Jérсия



A deputada Maria João de Ávila, eleita pelo Círculo Fora da Europa (cinco milhões de portugueses), foi convidada pela escola portuguesa da cidade de Long Branch no estado de Nova Jérсия nos EUA, para dar uma aula sobre a democracia portuguesa e a Assembleia da República, no âmbito do programa “Parlamento dos Jovens”. A Escola Lusitânia é a única escola portuguesa do continente americano a participar na edição deste ano do “Parlamento dos Jovens”, organizado pela Assembleia da República, com o objectivo de promover a educação para a cidadania e o interesse dos jovens pelo debate de temas da actualidade.

Cerca de 30 alunos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e secundário participaram nesta aula, que começou com a exibição de um filme com a duração de sete minutos, sobre o funcionamento do Parlamento - instituição que é a casa da Democracia, o seu regimento e os partidos políticos que compõem o hemiciclo -, seguindo-se a projecção em “powerpoint”, de uma síntese do trabalho desenvolvido na AR e a importância das diversas tendências políticas e partidos no funcionamento da actividade parlamentar. A deputada social-democrata fez o seu discurso seguindo uma linguagem jovem e mais de acordo com as idades dos participantes, todos eles já na adolescência.

A deputada explicou ainda como funcionam as comissões parlamentares, os grupos parlamentares e as sessões no hemiciclo. O programa “Parlamento dos Jovens” culmina com a realização de duas sessões nacionais na Assembleia da República, preparadas ao longo do ano lectivo, com a participação de deputados da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, órgão parlamentar responsável pela orientação do programa.

Para regular a votação que os jovens fizeram sobre o melhor trabalho, foram convidados para a mesa de júri o presidente do PSD-EUA, Mário Filipe Marques, a deputada Maria João de Ávila e dois representantes do Clube Português de Long Branch.



O projecto só foi possível de realizar graças ao trabalho árduo e à boa vontade da directora escolar, Raquel Sousa, e do marido Bruno Sousa, que é também

presidente do clube português local. No final, houve ainda tempo para uma sessão de esclarecimentos pelos dirigentes do PSD-EUA.

Rui Machete

Relação bilateral “mais significativa”

O ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros manifestou esperança que a deslocação oficial de dois dias ao Irão, quando se comemoram 500 anos de relações diplomáticas entre os dois países, tenha aberto “perspectivas de uma relação bilateral muito mais significativa” criando “um outro grau de ligação”. Se as relações até agora têm sido cordiais, mas não “particularmente intensas”, o ministro afirmou o desejo de que a visita, na qual foi acompanhado de 12 representantes de empresas portuguesas, tenha criado um “outro grau de ligação” entre Portugal e Irão, para que se possam “aumentar as trocas comerciais” com o Irão e “abrir o campo dos investimentos de um país noutro e vice-versa”.

Da recepção, que lhe foi concedida pelo Presidente da República Islâmica do Irão, Hassan Rohani, e dos encontros diplomáticos com outros membros do governo, o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros concluiu que há no Irão “claramente um desejo enorme de reforma e uma esperança de que essa reforma seja possível e que o isolamento do Irão possa terminar”, sendo patente o desejo de “que o país se possa desenvolver e sobretudo libertar do isolamento”.

Rui Machete sublinhou que o Irão pediu ajuda aos chefes das diplomacias da União Europeia para resolver o dossier nuclear, designadamente “as negociações sobre a energia nuclear utilizada para fins pacíficos”, que constitui uma “questão fundamental” para o Irão, que espera “alcançar em breve um resultado positivo para todos os participantes nas reuniões e para a Europa em geral”, nas negociações em curso.

O ministro e o Presidente iraniano debateram ainda a situação no Médio Oriente, em particular na Síria e no Iraque, onde o grupo fundamentalista que se autoproclama Estado Islâmico, implantou um regime de terror e apoia actividades terroristas com o intuito de instalar um regime fundamentalista.

Rui Machete realçou que o Irão “já começou, de algum modo, a desempenhar um papel crucial” na luta contra o grupo autoproclamado Estado Islâmico, “uma situação muito complexa” que exige “clarificação” dos países da região. Portal do Governo



Desemprego baixa para 13,4 por cento em Dezembro

A taxa de desemprego (dos 15 aos 74 anos) estimada para Dezembro em Portugal é de 13,4 por cento, menos 0,1 pontos percentuais do que o estimado para Novembro, divulgou o Instituto Nacional de Estatística (INE), dia 29. Segundo o instituto estatístico, a população desempregada ajustada de sazonalidade foi estimada em 689,6 mil pessoas em Dezembro, o que representa uma diminuição de 0,7 por cento face a Novembro de 2014 (menos 4,8 mil). Quanto à população empregada (15 a 74 anos), também ajustada de sazonalidade, foi estimada em 4.441,5 mil pessoas, aumentando 0,1 por cento (mais 6,4 mil) face ao mês anterior. O INE sublinha que esta “evolução interrompe o decréscimo iniciado em Setembro de 2014, após um período de sete meses consecutivos de crescimento continuado no emprego (de Fevereiro a Agosto de 2014)”.

José Freire Antunes (1954-2015)



O antigo deputado do PSD José António Freire Antunes, adjunto político de Aníbal Cavaco Silva entre 1988 e 1993, morreu segunda-feira, dia 26 de Janeiro, aos 61 anos, em Versalhes, França. Mestre em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências da Comunicação da Universidade Complutense de Madrid, José Freire Antunes nasceu no Paul, no concelho da Covilhã, onde estudou até aos 17 anos, altura decidiu mudar para Lisboa. Foi deputado na X legislatura, entre 10 de Março de 2005 e 14 de Outubro de 2009, e em Março de 2005, pouco depois de ter sido eleito pelas listas do círculo do Porto, defendeu a realização de um referendo interno no PSD, sobre as presidenciais, para escolher qual o candidato a apoiar pelo partido, ideia que levou em moção ao XVII Congresso do PSD. Autor de mais de vinte livros sobre a história e as relações externas de Portugal, José Freire Antunes tem inúmeros artigos publicados em diversos jornais e revistas. José Freire Antunes recebeu a medalha de Mérito Municipal da Câmara Municipal da Covilhã, Secção Cultura, em 1999, como “reconhecimento pela relevante actividade neste domínio, prestigiando o município e o país”.

Licença Única Ambiental: um processo, um título, uma taxa

O Conselho de Ministros aprovou, dia 29, o regime de Licenciamento Único Ambiental (LUA) que incorpora, num único título, diversos regimes de licenciamento no domínio do ambiente. O novo regime vai contribuir para reduzir a dispersão legal e minimizar os custos relacionados com a morosidade dos procedimentos associados à multiplicidade de licenças.

O LUA pressupõe que o requerente de uma licença ambiental entregue todos os elementos instrutórios numa única vez e via internet, servindo estes todos os procedimentos necessários subsequentes. O Título Único Ambiental (TUA) passa a ser o único acto que congrega os vários regimes jurídicos previstos, e respectivos procedimentos, para obter licenciamento ambiental.

Sem prejuízo dos valores ambientais, integralmente preservados neste regime, o LUA é uma peça essencial da Reforma do Estado, já que torna o licenciamento num processo mais simples, mais transparente e menos oneroso. O LUA promove, igualmente, ganhos de tempo no licenciamento, na medida em que todos os procedimentos ambientais correm em simultâneo e com base num único pedido, cujo conteúdo é indicado ao investidor de forma electrónica. Assim, e independentemente do prazo de cada licença ambiental integrada no LUA, assegura-se que o investidor obtém todas as licenças ambientais exigíveis dentro de uma janela temporal máxima. O regime contribui simultaneamente para a protecção ambiental e para uma maior competitividade das empresas, fomentando o crescimento e o emprego.

Para apoiar o requerente durante as várias fases do procedimento de licenciamento é criada a figura do gestor do procedimento que garante a articulação com a entidade coordenadora, a entidade licenciadora em matéria ambiental e demais entidades intervenientes, bem como prestar a informação que seja solicitada.

O modelo integrado de licenciamento ambiental que o LUA permite reforçar os mecanismos de controlo sucessivo e aliviar os mecanismos de controlo prévio, conferindo uma maior responsabilidade aos empresários e às demais entidades intervenientes, com a possibilidade de evoluir para uma cada vez maior harmonização da legislação ambiental e contribuindo de forma significativa para a desburocratização e redução dos custos de contexto, bem como para a promoção do estímulo do investimento e dos sectores produtivos da economia portuguesa.

Ao passar a dispor, de forma clara e central, da informação de base da actividade ou da instalação, disponibilizada para todas as entidades intervenientes e no qual são inscritas todas as licenças e autorizações concedidas no presente e no futuro, assegura-se também o histórico da actividade no sector do ambiente. O LUA interligará outros regimes, como o Sistema da Indústria Responsável, o Regime de Exercício das Actividades Pecuárias, o Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas.

Cabe à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) a gestão dos pedidos de licenciamento apresentados, garantindo o cumprimento do disposto no presente decreto-lei, bem como constituir-se como gestor do procedimento. O LUA funciona a partir da plataforma electrónica Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente (SILiAmb), à qual têm acesso todos os organismos intervenientes para efeitos de monitorização dos procedimentos em curso e através da qual entram os pedidos de licenciamento ou controlo prévio ambiental abrangidos, quando os mesmos não tramitem no âmbito dos regimes aplicáveis ao exercício de actividades económicas.

Este Decreto-Lei visa a integração, harmonização e simplificação de processos e procedimentos, de forma a facilitar aos interessados e à própria administração a sua interpretação e aplicação. Por outro lado, reforça-se a colaboração dos vários organismos e serviços da Administração Pública, legalmente competentes em matéria ambiental, clarificando a articulação entre os vários regimes aplicáveis e contribuindo para a disponibilização de informação necessária aos interessados, de forma mais eficaz.



Portugal presta homenagem às vítimas do Holocausto



No Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, que se assinalou dia 27 de Janeiro, o governo português prestou homenagem aos milhões de judeus vítimas do extermínio nazi. Num comunicado divulgado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, o governo associa-se às cerimónias de homenagem às vítimas do Holocausto que, nesta data histórica, têm lugar em Auschwitz-Birkenau e em todo o mundo. Há 70 anos, os aliados libertaram aquele campo de concentração situado na polónia, expoente máximo do horror do Holocausto.

Nesta data, Portugal recorda também os heróis do Holocausto, pessoas - como os diplomatas portugueses Aristides de Sousa Mendes, Carlos Sampaio Garrido e Alberto Teixeira Branquinho - que, pela sua coragem e altruísmo, resgataram da morte milhares de judeus e outras vítimas do extermínio nazi. O seu exemplo não deixará de inspirar as gerações presentes e futuras.

Ao assinalar esta efeméride, o governo português reafirma a necessidade de se preservar a memória do Holocausto e de assegurar que as gerações vindouras não o esquecerão. Portugal contribuiu financeiramente para a conservação das instalações do Campo de Concentração de Auschwitz-Birkenau através do Fundo Perpétuo da Fundação Auschwitz-Birkenau.

Celebrando-se este ano o 15.º aniversário da Declaração de Estocolmo, Portugal, enquanto signatário e membro observador da Aliança Internacional para a Memória do Holocausto, está empenhado em promover a educação sobre este episódio sombrio da História. Evocar o Ho-

locausto é alertar em permanência para perigos diversos, que infelizmente ressurgem na actualidade, como sejam o ódio, a intolerância, a discriminação, a xenofobia e o racismo, contribuindo assim para a sua inequívoca rejeição.

A representação portuguesa nas cerimónias esteve a cargo do secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Bruno Maçães.

Conselho de Ministros de 29 de Janeiro de 2015

1. O Conselho de Ministros aprovou a alteração do Sistema da Indústria Responsável (SIR), tendo como objectivo a simplificação, celeridade e a diminuição de custos para as empresas.

É, nesse sentido, garantida a tramitação electrónica dos procedimentos e a emissão de títulos digitais relativos à instalação e exploração de estabelecimentos industriais e de Zonas Empresariais Responsáveis (ZER).

Os procedimentos inerentes ao exercício da actividade industrial passam a estar agregados neste diploma em duas categorias, consoante se trate de estabelecimentos que careçam ou não de vistoria prévia.

Os municípios passam a ter um papel reforçado no âmbito dos regimes procedimentais aplicáveis, combinando a figura do atendimento digital assistido relativamente a todos os estabelecimentos industriais do universo SIR com a possibilidade da gestão das zonas empresariais responsáveis.

Assinalam-se também as alterações introduzidas ao actual regime de taxas, substituindo-se a actual taxa, de valor variável, e a que acrescem taxas específicas sectoriais, por uma taxa efectivamente única e de valor fixo por procedimento.

2. O Conselho de Ministros aprovou o regime jurídico do Licenciamento Único Ambiental (LUA) que visa a simplificação dos procedimentos dos regimes de licenciamento ambientais, contribuindo para aliar o crescimento económico a comportamentos ambientais responsáveis numa lógica de dinamização da economia nacional e promoção do investimento.

O LUA incorpora, num único título, até dez regimes de licenciamento no domínio do ambiente actualmente existentes, consoante os casos aplicáveis.

Para além dos regimes ambientais, o LUA permite a interligação com quaisquer regimes com os quais deva articular-se como, por exemplo, o Sistema da Indústria Responsável, o Regime de Exercício das Actividades Pecuárias, Regulamento de Licenças para Instalações Eléctricas, entre outros.

Refira-se ainda que o Título Único Ambiental (TUA) constitui um título único de todos os actos de licenciamento e de controlo prévio no domínio do ambiente, permanentemente actualizado, que inclui a informação de base da actividade ou instalação, disponibilizada de forma harmonizada para todas as entidades intervenientes, e no qual são inscritas todas as licenças e autorizações concedidas, assegurando o histórico da actividade.

Assim passará a existir um único processo de licenciamento, uma única taxa ambiental e uma única licença reduzindo significativamente os procedimentos administrativos e os custos para as empresas.

3. O Conselho de Ministros aprovou a alteração ao Regulamento da Nacionalidade Portuguesa, permitindo a concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, a descendentes de judeus sefarditas.

Torna-se, assim, possível a integração na comunidade nacional dos descendentes judeus sefarditas de origem portuguesa que o desejem, mediante a aquisição da nacionalidade portuguesa por naturalização, com os inerentes direitos e obrigações.

Refira-se que a presença dessas comunidades na Península Ibérica é muito antiga, sendo mesmo anterior à formação dos reinos ibéricos cristãos, como sucedeu com Portugal a partir do século XII.

Apesar das perseguições e do afastamento do seu território ancestral, muitos judeus sefarditas de origem portuguesa e seus descendentes mantiveram não só a língua portuguesa, mas também os ritos tradicionais do antigo culto judaico em Portugal, conservando, ao longo de gerações, os seus apelidos de família, objectos e documentos comprovativos da sua origem portuguesa, a par de uma forte relação memorial que os leva a denominarem-se a si mesmos como “judeus portugueses” ou “judeus da Nação portuguesa”.

No requerimento a apresentar pelo interessado devem ser indicadas e demonstradas as circunstâncias que determinam a pertença a uma comunidade sefardita de origem portuguesa, designadamente, apelidos de família, idioma familiar, descendência directa ou relação familiar na linha colateral de progenitor comum.

4. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que altera o regime relativo à Contribuição Extraordinária sobre o Sector Energético (CESE).

Foi tida em conta a capacidade contributiva dos potenciais destinatários da contribuição extraordinária, no sentido de não onerar as actividades desenvolvidas por pequenos operadores ou com pouca expressão económica. Esta opção pretende, por um lado, não pôr em causa a sustentabilidade económico-financeira desses operadores e, por outro lado, não restringir a concorrência e o acesso ao mercado energético através da aplicação desta medida.

Apesar da abrangência alargada da CESE - aplicável a todos os subsectores energéticos, como a electricidade, o gás natural e o petróleo, bem como às actividades das respectivas cadeias de valor -, verificou-se, entretanto, que os desequilíbrios sistémicos do Sistema Nacional de Gás Natural (SNGN) e a prática de preços de venda a clientes finais mais elevados do que na generalidade dos demais Estados-membros, justificam uma redefinição da medida extraordinária.

São alargadas as incidências da CESE, de forma a abranger os contratos de longo prazo de aprovisionamento de gás natural (Take or Pay) com o objectivo de, numa óptica justa e equitativa de repartição dos sacrifícios assumidos por cidadãos e empresas, apoiar os consumidores de energia e contribuir para a sustentabilidade do Sistema Nacional de Gás Natural, a competitividade e o crescimento económico. Esta medida gerará uma receita que será utilizada na redução do preço do gás natural aos consumidores e empresas, estimando-se uma redução de 3% a 5% na factura (dependendo do tipo de funcionamento), por um período de três anos.

5. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que estabelece os princípios e as normas aplicáveis ao sistema de gestão de embalagens e resíduos de embalagens.

Este diploma visa a regulação da concorrência no sector com a introdução de regras no domínio das especificações técnicas, na qualificação de operadores de gestão de resíduos de embalagens, na metodologia para a definição dos modelos de cálculo de valores de contrapartidas financeiras e na actualização das captações e das objectivações dos sistemas de gestão de resíduos urbanos.

É também regulada a possibilidade de instalação de uma rede de recolha própria de resíduos de embalagens.

6. O Conselho de Ministros aprovou uma alteração ao diploma que criou o Fundo de Reestruturação do Sector Solidário (FRSS) e estabelece o seu regime jurídico.

Esta alteração vem clarificar o modelo de financiamento do FRSS, responsabilidade que é acometida às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) participantes que, por via dos seus fundos próprios, mensalmente, transferem uma participação financeira para o FRSS.

Aproveita-se ainda para alargar o âmbito de escolha do presidente do Fundo, que passa a ser designado de entre os elementos que compõem o conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.

7. O Conselho de Ministros aprovou o Acordo sobre Transporte Aéreo entre a República Portuguesa e a República da Guiné Equatorial.

Este Acordo visa fomentar o desenvolvimento de serviços aéreos regulares entre os territórios das Partes, e para além deles, bem como organizar os serviços aéreos internacionais e promover a cooperação internacional no âmbito dos referidos serviços.

8. O Conselho de Ministros aprovou o Acordo de Associação entre a União Europeia e a Comunidade Europeia de Energia Atómica e os seus Estados-Membros e a Ucrânia, bem como com a República da Moldávia.

Sendo a Ucrânia e a República da Moldávia dois dos países vizinhos da União Europeia, estes Acordos correspondem ao objectivo, fixado no Tratado de Lisboa, de com eles desenvolver relações privilegiadas, constituindo instrumento fundamental do Pilar Leste da Política de Vizinhança denominado Parceria Oriental.

9. O Conselho de Ministros aprovou a reclassificação como monumento nacional do Cromeleque dos Almendres, na Herdade dos Almendres, União das Freguesias de Nossa Senhora da Tourega e Nossa Senhora de Guadalupe, concelho e distrito de Évora.

O Cromeleque dos Almendres estava classificado como imóvel de interesse público, mas diversos estudos e trabalhos de escavação efectuados posteriormente vieram ampliar o reconhecimento do interesse arqueológico e científico do sítio, bem como do seu contexto paisagístico, justificando-se a sua reclassificação como monumento nacional.

10. O Conselho de Ministros aprovou a nomeação dos membros do conselho de administração do Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E., assegurando-se a continuidade de funções dos seus atuais quatro membros.

Foi ouvida a Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre estas nomeações.

11. O Conselho de Ministros aprovou a nomeação dos membros do conselho de administração da Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E., e do conselho de administração da Unidade Local de Saúde do Nordeste, E.P.E..

Na Unidade Local de Saúde da Guarda é assegurada a continuidade de funções de três dos atuais quatro membros da administração e na Unidade Local de Saúde do Nordeste é assegurada a continuidade de funções de quatro dos atuais cinco membros da administração.

Foi ouvida, em ambos os casos, a Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre estas nomeações.

12. O Conselho de Ministros aprovou a demissão do presidente e de um vogal do conselho de administração do Organismo de Produção Artística, E.P.E., (Opart) e designou o presidente e um vogal do conselho de administração, para completar o mandato em curso.

Foi ouvida a Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre estas nomeações.

Realidade desmente previsões do PS



No início do debate quinzenal com o Primeiro-Ministro, sobre “questões de relevância política, económica e social”, Luís Montenegro começou por manifestar a posição de respeito do PSD em relação à expressão da vontade popular dos gregos e por manifestar o desejo de que a Grécia possa empreender um caminho que permita superar o período de ajuda externa. Segundo o líder parlamentar do PSD, as eleições gregas trouxeram para Portugal uma novidade ao debate político, que “foi ver todos os partidos da oposição acotovelaram-se nas televisões e olharem para as camaras, como quem olha para um espelho, e a perguntarem espelho meu espelho meu, há alguém em Portugal mais syrizista do que eu”. Do ponto de vista do parlamentar, esta postura tem um conteúdo político, porque é preciso saber o que é ser syrizista.

“Já sabemos que ser syrizista significa constituir um Governo que junta partidos da extrema-esquerda e da extrema-direita. Também sabemos que há objectivos políticos como a renegociação da dívida. Mas a questão que interessa mais a Portugal é perguntarmos aos portugueses se tivéssemos nós executado a receita syrizista que junta tanto o PS, o PCP e o BE, se estávamos como estamos. Perguntar se nós estávamos com os juros historicamente baixos, se estávamos a repor salários na administração pública, se estávamos a fazer um aumento do salário mínimo, se estávamos com a economia a crescer mais do que a média da zona euro, se estávamos em condições de poder iniciar um pagamento antecipado dos nossos empréstimos e a poder recuperar, de forma muito consistente, o emprego”, sublinhou Montenegro.

A propósito dos números do desemprego, o presidente do grupo parlamentar recordou aos deputados da oposição que nos últimos 23 meses os números do desemprego em Portugal desceram em 22 meses. “Isto é factual, real e atinge o dia-a-dia de muitas pessoas”. Face a estes dados, o líder da bancada do PSD manifestou que é “um pouco chocante” que a oposição continue a insistir que o Governo falha previsões. “Nós, de facto, somos muitos maus a fazer previsões. Nós previmos uma taxa de desemprego e a taxa afinal é mais baixa. Tínhamos um objectivo para o défice e afinal o défice é mais baixo do que o nosso objectivo. Os partidos da oposição, esses, a prever são uma categoria. Foi assim com a antevisão que fizeram que não íamos acabar o programa, foi assim com a espiral recessiva, foi assim com a taxa de desemprego, foi assim com o défice de 2014”. Para comprovar as contantes falhas do PS em matéria de previsões, Luís Montenegro lembrou várias declarações de dirigentes socialistas que foram completamente desmentidas pela realidade e pediu aos portugueses para olharem para estas previsões e perceberem a credibilidade das propostas de cada partido.

O líder parlamentar referiu-se à sustentabilidade da dívida. De acordo com o deputado, o PSD e o CDS-PP defendem que a dívida é sustentada e defendem um caminho que assegure essa sustentabilidade. Contudo, refere, há partidos, como o BE e o PCP, que são pela renegociação da dívida e há o PS que umas vezes é uma coisa, outras é outra. Face a esta dicotomia de postura dos socialistas, Luís Montenegro solicitou aos socialistas para assumirem uma posição concreta.

Oposição procurou colar-se à vitória do Syriza

No seguimento de uma declaração política do PCP, sobre as eleições na Grécia, Miguel Santos começou por expressar o desejo de que as coisas corram bem para os gregos, “caso contrário teremos um povo ainda mais sofredor e teremos transformado o resultado eleitoral naquilo que pode muito bem ser uma verdadeira tragédia grega”. O vice-presidente da bancada do PSD lamentou o esforço incompreensível dos partidos da oposição para se tentarem colar à vitória do Syriza. No que respeita à tentativa de colagem do PCP ao Syriza, o deputado recordou que existe um Partido Comunista na Grécia, que teve um mau resultado, e que o Syriza surgiu com elementos que abandonaram o Partido Comunista Grego. Já no que respeita à tentativa do Bloco de Esquerda, que até se apresentou como um grande trunfo eleitoral, o social-democrata acusou os bloquistas de procurarem retirar dividendos políticos para Portugal de um ato eleitoral na Grécia.

Miguel Santos referiu-se à posição assumida pelo PS. De acordo com o deputado, o PS, que viu o seu homólogo grego (PASOK) ter uma derrota estrondosa, tentou também colar-se à vitória do Syriza, malgrado pessoas como o Dr. António Vitorino terem afirmado que vêem com muita dificuldade o cumprimento das promessas eleitorais.

Miguel Santos afirmou que os gregos foram colocados perante uma proposta que se traduz num caminho mais fácil e optaram por seguir esse caminho. Contudo, conclui o parlamentar, a questão agora é saber como é que o Governo grego vai fazer para não defraudar as expectativas que criou, sem comprometer o futuro do país.



Bastonário da Ordem dos Médicos perdeu credibilidade

Miguel Santos considera que o bastonário da Ordem dos Médicos perdeu a independência e a credibilidade, acusando José Manuel Silva de confundir “a sua agenda política” com as funções que exerce. “José Manuel Silva não apresenta uma crítica construtiva, uma proposta”, lamentou o deputado social-democrata em declarações à Lusa.

Miguel Santos condenou a forma como José Manuel Silva age como “força de bloqueio permanente”, considerando que chega a “disputar o palco com a esquerda mais radical”. “Lamentamos profundamente a forma como o bastonário da Ordem dos Médicos exerce as suas funções, não adoptando uma posição institucional respeitável. Devia procurar os consensos em vez de optar por uma linguagem panfletária”, declarou.

Miguel Santos sustenta ainda que José Manuel Silva utiliza o cargo de bastonário da Ordem dos Médicos, para prosseguir “um projecto pessoal” e fazer “propaganda política”. As posições que o bastonário da Ordem dos Médicos tem assumido são bastante críticas para o Governo. Recentemente, em Angola, durante o X Congresso Internacional dos Médicos, José Manuel Silva disse que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) português já “não cumpre” o estipulado pela Constituição, consequência dos cortes no financiamento do sector. Já esta semana, o bastonário da Ordem dos Médicos insurgiu-se contra a decisão do ministério da Saúde de dar aos enfermeiros a possibilidade de virem a pedir exames nos serviços de urgência de alguns hospitais, medida que classificou como “demagógica, inútil e prejudicial”.



Colóquio Portugal 2020

Desafios e Oportunidades

Exmo.(a) Senhor(a),

Portugal enfrenta um desafio de desenvolvimento sustentável e estruturante para os próximos 7 anos. O novo quadro financeiro comunitário expresso no programa Portugal 2020 representa um desafio para um país que se pretende na primeira linha europeia, de crescimento, de competitividade e de coesão.

Trata-se de um objetivo comum a todos os agentes políticos, económicos e sociais.

Convido V. Excelência a participar no Colóquio, organizado pelo Grupo Parlamentar do PSD, subordinado ao tema “Portugal 2020 – Desafios e Oportunidades”.

O Colóquio decorrerá no próximo dia 09 de fevereiro, segunda-feira, pelas 14h30, na Assembleia da República (Sala do Senado).

Junto se envia, em anexo, o programa.

Luís Montenegro
Luís Montenegro
Presidente do Grupo Parlamentar do PSD



Colóquio “Portugal 2020 – Desafios e Oportunidades”

O Grupo Parlamentar do PSD realiza, na próxima segunda-feira, 9 de Fevereiro, um colóquio intitulado “Portugal 2020 – Desafios e Oportunidades”, que terá lugar na Sala do Senado, na Assembleia da República. O colóquio terá o seguinte programa:

- 14h30** **Abertura**
Luís Montenegro – Presidente do Grupo Parlamentar do PSD
- 15h00** **Portugal 2020 – Desafios e Oportunidades**
Moderador **Luís Leite Ramos** – Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD
 Manuel Castro Almeida – Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional
 Ribau Esteves – Vice-Presidente da ANMP
 João Machado – Presidente da CAP
 João Vieira Lopes – Presidente da CCP
 António Saraiva – Presidente da CIP
 Francisco Calheiros – Presidente da CTP
- Debate
- 18h00** **Encerramento**
António Rodrigues – Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD
Miguel Poiares Maduro – Ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional

Duarte Freitas defende “entendimento generalizado” para a Ilha Terceira

O presidente do PSD/Açores defende um “entendimento generalizado” que potencie novas soluções para a Ilha Terceira, numa altura em que os Açores vivem “a sua maior crise social e económica de sempre, localmente agravadas pelo downsizing da presença norte-americana”, recentemente anunciado.

Duarte Freitas falava na Praia da Vitória, após uma reunião com a Comissão de Trabalhadores da Base das Lajes, onde frisou a necessidade de entendimento entre todas as forças vivas dos Açores e do Continente. “Precisamos de juntar esforços na região, em Lisboa, em Bruxelas e em Washington, para concretizar um projecto de fundo que possa aproveitar o potencial do porto da Praia e das infra-estruturas da Base das Lajes”, adiantou.

Para o presidente social-democrata, só assim se poderá “vislumbrar uma nova oportunidade na Terceira, que possa ultrapassar esta ameaça, que acontece no imediato, de forma a conter os seus impactos, e projectar a ilha e os Açores a outros níveis de desenvolvimento sustentado”, alertou.

Duarte Freitas sublinhou que “não podemos esquecer que a situação dos Açores, e da Terceira em particular é difícil, já hoje, e os americanos ainda não saíram, nem iniciaram esta última fase do downsizing”.

O líder do PSD/Açores reforça que “a situação sócio-económica dos Açores e da Terceira já é muito difícil, é bom que não nos esqueçamos disso. Esta é mais uma situação em cima do que já se previa”, frisou.

Sobre o anunciado Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira, Duarte Freitas considera que “algumas das medidas avançadas já vem de 2004, como por exemplo o Parque Tecnológico. Por aquilo que se fez ou



não se fez no passado, a situação que vivemos hoje já é grave, e agora pode ser ainda mais grave pelos impactos directos destes acontecimentos”, acrescentou.

“O que nos deve mobilizar e motivar é tentar esta sintonia, visando arranjar soluções imediatas para este problema, de forma a minimizar os danos que o mesmo

já estará a fazer”, concluiu o líder social-democrata.

Duarte Freitas encetou, ao longo desta semana, uma série de contactos na Terceira, de forma a ouvir as forças vivas da ilha e aferir as diversas posições que tem motivado o anúncio dos EUA da redução drástica do seu contingente militar na Base das Lajes.

Base das Lajes

“Esforço determinado” para defender interesses portugueses



A difícil situação provocada pela diminuição do contingente militar norte-americano na Base das Lajes exige a união e o esforço determinado de todos na defesa dos interesses de Portugal e deve levar o Governo português a ter uma posição firme e determinada na próxima reunião da Comissão Bilateral. Judite Parreira entende que essa representação deve merecer também um sinal político forte do governo regional. “A decisão norte-americana e a forma como se prevê a sua implementação constituem um desrespeito para com um aliado de décadas e o único que nunca recusou auxílio quando ele foi necessário”, alertou.

De acordo com a presidente da concelhia praiense do PSD, a decisão do governo de Washington vai prejudicar a economia da Terceira e dos Açores, mas não é o único motivo para muitos dos problemas que a região enfrenta actualmente. Há muito tempo que os deputados do PSD/Açores têm alertado para “a necessidade do governo regional cumprir as promessas que tem vindo a fazer aos terceirenses e que hoje poderiam constituir instrumentos essenciais para ajudar a minimizar os efeitos da decisão norte-americana”.

O PSD/Açores considera, por isso, que o Plano de Revitalização Económica da ilha Terceira não pode servir de desculpa para que o governo regional não concretize os investimentos com que se comprometeu ainda antes de se conhecer a decisão norte americana.

O PSD da Praia da Vitória defende, igualmente, que deve ser dada maior relevância à representação dos interesses da ilha Terceira nestas negociações.

Tendo em conta que o concelho da Praia da Vitória será o mais afectado por esta decisão, e que os Açores devem estar representados por maior força

política o PSD/Açores entende que “este é o momento do governo regional dar, aos terceirenses em geral e aos praienses em particular, um sinal da sua preocupação e interesse na melhor resolução desta situação, indicando desde já o presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória como seu representante legal na Comissão Bilateral Portugal/EUA, conferindo-lhe todos os poderes negociais para defender os interesses de uma matéria tão relevante para milhares de pessoas no concelho da Praia da Vitória”.

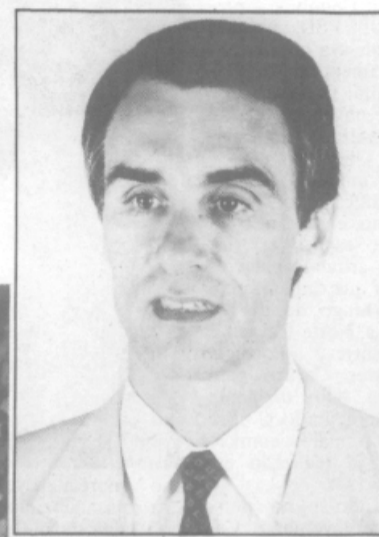


Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: JOSÉ AUGUSTO SEABRA

DOMINGO VOTA

**Cavaco Silva
competência
para cumprir**



VOTAR NO PSD E NA SOCIAL DEMOCRACIA

A campanha eleitoral chega ao seu termo. Aproxima-se o dia 6 de Outubro, dia das eleições, dia em que, através do nosso voto, podemos mudar Portugal, cujo futuro temos na nossa cabeça e nas nossas mãos.

Os sociais democratas não faltarão à chamada. Todos — mas todos! — sabem que cada voto é precioso. Votar é um direito e um dever! Votar é um imperativo patriótico! Votar é uma exigência democrática! Votar social democracia, votar PSD, é fazer uma opção política clara e decidida, para alcançar a vitória dos nossos ideais e das aspirações da maioria dos Portugueses, sob a orientação do nosso Partido e do seu líder, Cavaco Silva.

Nos últimos dias da campanha, para além daqueles que já tomaram a decisão de votar PSD, em convicção, entusiasmo e vontade firme, é ainda possível

ganhar para a causa da social democracia muitos eleitores indecisos e levar à participação eleitoral alguns cidadãos mais alheados ou indiferentes.

É preciso mostrar aos nossos familiares, aos nossos amigos, aos nossos conhecidos, aos nossos companheiros de trabalho que ninguém pode ficar em casa pois isso seria indirectamente favorecer os inimigos da democracia, favorecer as minorias, favorecer os nossos adversários políticos.

É preciso mostrar a todos os descontentes com a situação económica e social do país que só votando pelas propostas do PSD, pelo seu Programa, pelo seu líder, pelos seus candidatos se encontrará uma saída segura para as dificuldades presentes.

É preciso mostrar que só o PSD, com Cavaco Silva, restituirá a confiança aos Portugueses: aos trabalhadores, aos empresários, aos agricultores, aos in-

vestidores, aos quadros, aos funcionários públicos.

É preciso mostrar que só o PSD pode dar uma resposta aos problemas graves dos jovens, sendo por isso que a grande maioria da juventude está com a JSD, ao lado do nosso Partido.

É preciso mostrar que só o PSD tem uma política de dignificação da mulher, na família, no trabalho, na vida cívica, social e cultural, não a tratando como instrumento nem expressão passiva da vontade alheia.

É preciso, numa palavra, mostrar que o voto no PSD, na social democracia, é um voto patriótico, um voto na justiça social, um voto num futuro melhor para o Povo Português.

Votar no PSD, na social democracia, é apostar nos portugueses, apostar em Portugal.

J.A.S.



Marca Portugal

Jaime Quesado (*)

A Marca Portugal no Mundo precisa de ser reinventada. Nunca como agora os Talentos Portugueses espalhados pelo mundo são tão fundamentais para mostrar que há um Novo Capital de Competência Estratégica de base nacional. Numa época de crise complexa, esta Aposta nestes Novos Embaixadores é um sinal de confiança na Competitividade Portuguesa e na capacidade muito concreta de se alterar duma vez por todas o Modelo de Desenvolvimento Económico para o futuro. O futuro de Portugal faz-se com os Portugueses e é essa a mensagem central que importa deixar nestes tempos de crise. Por isso a Marca Portugal é um desafio tão importante.

A Economia Portuguesa está claramente confrontada com um desafio de Crescimento Efectivo e Sustentado no futuro. Os números dos últimos vinte anos não poderiam ser mais evidentes. A incapacidade de modernização do sector industrial e de nova abordagem, baseada na inovação e criatividade, de mercados globais, associada à manutenção do paradigma duma "economia interna" de serviços com um carácter reprodutivo limitado criou a ilusão no final da década de 90 dum "crescimento artificial" baseado num consumo conjuntural manifestamente incapaz de se projectar no futuro. Importa por isso construir as novas bases para uma Nova Competitividade estratégica.

Portugal precisa efectivamente de potenciar a sua Marca Estratégica Internacional, com todas as consequências do ponto de vista de impacto na sua matriz económica e social. A política pública tem que ser clara - há que definir prioridades do ponto de investimento estrutural nos sectores e nos territórios, sob pena de não se conseguirem resultados objectivos. Estamos no tempo dessa oportunidade. Definição clara dos "Pólos de Competitividade" em que actuar (terão que ser poucos e com impacto claro na economia); selecção, segundo critérios de racionalidade estratégica, das zonas territoriais onde se vai actuar e efectiva mobilização de "redes activas" de comercialização das competências existentes para captação de "IDE de Inovação".

Uma Nova Economia, capaz de garantir uma Economia Nova sustentável, terá que se basear numa lógica de focalização em prioridades claras. Assegurar que o "IDE de Inovação" é vital na atracção de Competências que induzam uma renovação activa estrutural do tecido económico nacional; mobilizar de forma efectiva os "Centros de Competência" para esta abordagem activa no Mercado Global - mas fazê-lo tendo em atenção critérios de racionalidade estratégica definidos à partida, segundo opções globais de política pública, que tenham em devida atenção a necessidade de manter níveis coerentes de coesão social e territorial. Por isso a Marca Portugal é tão importante, neste desafio de construção duma Nova Agenda Competitiva.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



CASTRO DAIRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Castro Daire, para reunir no próximo dia 21 de Fevereiro de 2015 (sábado), pelas 14h30, na sede, sita na Avenida João Rodrigues Cabrilho, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 - Apresentação e aprovação das contas
- 2 - Outros assuntos de interesse partidário

MAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção da Maia, para reunir no próximo dia 26 de Fevereiro de 2015, (quinta-feira), pelas 21h00, Sede, sita na Rua Eng.º Duarte Pacheco, 987, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 - Apresentação e aprovação das Contas da Secção referentes ao ano de 2014
- 2 - Apresentação e aprovação do Orçamento e Actividades da Secção para o ano de 2015
- 3 - Análise da situação política
- 4 - Diversos.

OLIVEIRA DE FRADES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Oliveira de Frades, para reunir, no próximo dia 11 de Fevereiro de 2015, (quarta-feira), pelas 21h00, na Sede, sita no Jardim Dr. Dinis Vieira, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 - Prestação e aprovação de contas 2014
- 2 - Aprovação do orçamento 2015

PALMELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Palmela, para reunir, no próximo dia 12 de Fevereiro de 2015, (quinta-feira), pelas 21h00, na Sede do PSD de Setúbal, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 23 - 1º esq. - Setúbal, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 - Aprovação das contas relativas ao ano de 2014
- 2 - Análise da situação política
- 3 - Outros assuntos

PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Paredes, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 10 de Fevereiro de 2015, (terça-feira), pelas 21h30, na Sala António Cardoso da Sede, sita na Rua 1º de Dezembro, nº 45, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Aprovar as contas anuais da Secção de Paredes, ao abrigo da alínea d) do artigo 50º dos Estatutos Nacionais do PSD
- 3 - Análise da situação política

PÓVOA DE LANHOSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Póvoa de Lanhoso, para reunir, no próximo dia 20 de Fevereiro de 2015, (sexta-feira), pelas 21h00, na Sede, sita na Rua Comandante Luís Pinto da Silva, nº 1 - 4º Esq., com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Aprovação do orçamento e das contas, nos termos da alínea d), nº 2, do artº 50º dos Estatutos do PSD
- 3 - Análise da situação política

PÓVOA DE VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção da Póvoa de Varzim, para reunir, no próximo dia 12 de Fevereiro de 2015, (quinta-feira), pelas 21h30, na Sede, sita na Praça do Almada, nº 7, escritório 1, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações

2 - Relatório e Contas

- 3 - Análise da situação política actual
- 4 - Outros assuntos

SESIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Sesimbra, para reunir no próximo dia, 20 de Fevereiro de 2015, (sexta-feira) pelas 21h30, na sede, sita na Rua da República, 20 - 1º Esq. com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Apresentação, discussão e aprovação das contas referentes ao ano de 2014

SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Setúbal, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 19 de Fevereiro de 2015, (quinta-feira), pelas 21h00, na Sede, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 23 - 1º Esq. com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 - Informações
- 2 - Apreciação e votação das contas do ano de 2014
- 3 - Análise da situação político-partidária

TORRES NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Torres Novas, para reunir no próximo dia 13 de Fevereiro de 2015 (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1.- Leitura, discussão e votação da acta da última Assembleia
- 2 - Análise da situação política concelhia
- 3 - Actividade política da CP no último trimestre
- 4 - Actividade dos representantes autárquicos na Assembleia Municipal no último trimestre
- 5 - Actividade da JSD a nível local no último trimestre
- 6 - Outras linhas de intervenção, do PSD, a nível local para marcar posição na sociedade
- 7 - Resumo do trabalho da comissão de memória do PSD de Torres Novas

VAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Vagos, para reunir, no próximo dia 13 de Fevereiro de 2015, (sexta-feira), pelas 21h00,

na Sede, sita na Rua Cândido dos Reis, nº 440 r/c Dtº., com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 - Relatório e contas do ano de 2014
- 2 - Plano de actividades para o ano de 2015
- 3 - Análise da situação política

VIANA DO CASTELO / DISTRIAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Viana do Castelo, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 27 de Fevereiro de 2015, (sexta-feira), pelas 21h00, no Auditório da Santa Casa de Misericórdia de Caminha, sita na Av. Padre Pinheiro, 64 - Caminha, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 - Apresentação e aprovação das contas relativas ao exercício de 2014
- 2 - Análise da situação política distrital e nacional

VIEIRA DO MINHO RECTIFICAÇÃO DE MORADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vieira do Minho, para reunir no próximo dia 28 de Fevereiro de 2015 (sábado) pelas 21h00, na sede, sita na Praça Barjona de Freitas, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia da Secção e da Comissão Política de Secção para o biénio 2014/2016.

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00

VILA NOVA DE PAIVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Nova de Paiva, para reunir, no próximo dia 21 de Fevereiro de 2015, (sábado), pelas 18h30, na Sede, da Junta da União de Freguesias de V. N. de Paiva, Alhais e Fráguas, sita na Rua Cónego Manuel Fonseca da Gama, - Vila Nova de Gaia, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 - Apresentação e aprovação das contas de 2014
- 2 - Discussão e aprovação do plano e orçamento para o ano de 2015
- 3 - Análise da Situação político-partidária

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Real, para reunir, no próximo dia 21 de Fevereiro de 2015, (sábado), pelas 17h30, na Sede, sita na Rua da Boavista, nº 11, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 - Apreciar e deliberar sobre as contas de 2014 (artº 50º, nº 2 al. d))
- 2 - Apreciar e deliberar sobre o orçamento para 2015 (artº 50º, nº2 al, d))
- 3 - Análise da situação política



CORRECÇÃO

I CONSELHO NACIONAL ORDINÁRIO DA JSD

De acordo com os Estatutos e demais Regulamentos da JSD, convoca-se o I Conselho Nacional Ordinário da JSD, a realizar no dia 28 de Fevereiro de 2015, pelas 14h30, no Teatro Sá da Bandeira, sito na Rua João Afonso, nº 7, 2000-055, em Santarém. Com a seguinte ordem de

trabalhos:

Ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição dos representantes da JSD ao Conselho Nacional do PSD;
- 2 - Apresentação, Discussão e Votação do Relatório e Contas referente ao exercício de 2014;
- 3 - Apresentação, Discussão e Votação do Orçamento para o exercício de 2015;
- 4 - Nomeação dos Coordenadores do Ensino Básico e Secundário, Superior e JASD, de acordo com o n.º 3 do art. 122.º dos Estatutos Nacionais da JSD
- 5 - Apresentação, discussão e votação das alterações ao regulamento do Conselho Nacional da JSD;
- 6 - Apresentação, discussão e votação das alterações ao regulamento nacional dos congressos regionais e conselhos regionais da JSD;
- 7 - Apresentação, discussão e votação das alterações ao regulamento eleitoral da JSD;
- 8 - Apresentação, discussão e votação das alterações ao regulamento financeiro da JSD;
- 9 - Apresentação, discussão e votação das alterações ao regulamento jurisdicional da JSD;
- 10 - Apresentação, discussão e votação das alterações ao regulamento de admissão e transferência de militantes;
- 11 - Apresentação, discussão e votação do regulamento das Secções de Emigração.
- 12 - Análise da situação política;
- 13 - Outros assuntos.

Notas:

No que concerne às eleições previstas no nr 1 da Ordem de Trabalhos, as urnas estarão abertas entre as 15h e as 17h.

As listas candidatas deverão ser entregues à Presidente do Conselho Nacional ou a quem, estatutariamente, a possa substituir, até às 23h59 do terceiro dia anterior à Eleição, na Sede Nacional da JSD.

ALTERAÇÃO BOTICAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Boticas, para uma reunião a realizar no próximo dia 27 de Fevereiro de 2015, pelas 18 horas, na Sede do PSD de Boticas, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção.

Notas:

As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Conselho Regional ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD de Boticas, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamentos Eleitoral da JSD;

As urnas estarão abertas das 18h00m às 22 horas.

LISBOA AM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia de Lisboa para reunirem no dia 6 de março de 2015 (sexta-feira), pelas 18 horas, na Sede da Concelhia de Lisboa da JSD, sita na Rua Luciano Cordeiro, n.º 116, 2.º Esq, 1050-140 Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: - Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa do Plenário Concelhio.

Notas:

As urnas estarão abertas das 18h00m às 21 horas.

As listas candidatas deverão ser apresentadas, em duplicado, à Presidente da Mesa do Plenário Concelhio da JSD Lisboa ou a quem estatutariamente a possa substituir, na morada supra citada, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

CASTELO DE VIDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário Concelhio da JSD de Castelo de Vide, para reunir

em sessão extraordinária no próximo dia 6 de Março de 2015, na Sede Concelhia da JSD Rua de Olivença, 13 - 1º esq., com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa do Plenário Concelhio.

Nota:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou a quem o substitua até às 23h59 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na sede do PSD, sita na Rua de Olivença, 13 - 1º esq. As urnas estarão abertas entre as 17h e as 19h.

PONTE DE LIMA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco os militantes da JSD de Ponte de Lima, para reunirem em Plenário Eleitoral, na Sede Concelhia do PSD de Ponte de Lima, sita na Praceta Dr. Vieira de Araújo, no dia 13 de Março de 2015, (Sexta-feira) pelas 20 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Concelhia da JSD de Ponte de Lima.

Nota:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem o possa substituir estatutariamente, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na morada supra citada.

As urnas estarão abertas das 20h00m às 22 horas.

NÚCLEO DE CANEDO (ST.ª MARIA DA FEIRA)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário do Núcleo Residencial da JSD de Canedo para reunir no próximo dia 7 de Março de 2015, pelas 21 horas, na Junta de Freguesia de Canedo, sita na Rua Centro Social nº 126, código postal 4525 Canedo, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleições dos órgãos do Núcleo Residencial- Mesa de Plenário e Comissão Política de Núcleo.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou a quem o substitua até às 23h59 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na sede do PSD, sita na morada supra citada.

As eleições deverão ocorrer entre as as 21h00m e as 23 horas.

NÚCLEO DE RIO MEÃO (ST.ª MARIA DA FEIRA)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário do Núcleo Residencial da JSD de Rio Meão, para reunir no próximo dia 7 de Março de 2015, pelas 16 horas, na Junta de Freguesia de Rio Meão, sita no Largo de Santo António, n.º 57, código postal 4525-907 Rio Meão, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleições dos órgãos do Núcleo Residencial- Mesa de Plenário e Comissão Política de Núcleo.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou a quem o substitua até às 23h59 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na sede do PSD, sita na morada supra citada.

As eleições deverão ocorrer entre as as 16h00m e as 18 horas.

ALMADA

Ao abrigo dos artigos 69.º a 71.º e 118.º, n.ºs 1 a 3 dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o IV Plenário Concelhio da JSD Almada a reunir no próximo dia 15 de Fevereiro de 2015, pelas 17h30m, na Sede Concelhia do PSD Almada sita na Rua da Liberdade, n.º 38-A Almada, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;

- 2 - Discussão e Votação do Relatório de Contas e Actividades referente ao ano de 2014;
- 3 - Discussão e Votação do Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2015;
- 4 - Análise da Situação Política Local e Nacional.

ALMADA

Ao Abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se todos os militantes da Concelhia de Almada para reunirem em Plenário Eleitoral a realizar no próximo dia 8 de Março de 2015 (Domingo), pelas 20h30m, na sede Concelhia do PSD de Almada, sita na Rua da Liberdade, N.º 38-A, Almada, com a seguinte ordem de trabalho:

Ponto Único: Eleição de Delegados ao Concelho Regional da JSD Regional de Setúbal.

Nota:

As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa da Concelhia ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Concelhia do PSD Almada, sita na Rua da Liberdade, n.º 38-A - Almada, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamentos aplicáveis da JSD.

As urnas estarão abertas entre as 20h30m e as 23:30 horas.

MONTIJO

Ao abrigo dos estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Concelhia do Montijo, para reunir no próximo dia 7 de Março de 2015 (Sábado), pelas 17 horas, na Sede do PSD/Montijo, sita na Praça da República, n.º 23, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição dos Delegados ao Congresso Distrital de Setúbal.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues à Presidente da Mesa ou a quem a substitua estatutariamente, na morada supra citada até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 17h00m às 19 horas.

CONGRESSO DISTRITAL JSD SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se os Plenários das Concelhias da JSD do distrito de Setúbal, para reunião a realizar nas datas e nos locais abaixo indicados, com a seguinte ordem de trabalhos:
Ponto Único:

- 1 - Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital Eleitoral da JSD de Setúbal.

Alcochete*, data 07/03/2015 – 15:00-17:00h, local – Sede PSD Alcochete;

Palmela*, data 07/03/2015 – 15:00-17:00h, local – Sede PSD Alcochete;

Seixal, data 07/03/2015 – 17:00-19:00h, local – Sede PSD Seixal;

Sesimbra*, data 07/03/2015 – 17:00-19:00h, local – Sede PSD Seixal;

Setúbal, data 07/03/2015 – 15:00-17:00h, local – Sede PSD Setúbal;

Grândola*, data 08/03/2015 – 12:30-14:30h, local – Monte do Casão, Grândola;

Barreiro*, data 07/03/2015 – 14:00h-16:00h, local – Sede PSD Barreiro;

Moita*, data 08/03/2015 – 15:00h-17:00h, local -

Rua Teófilo Braga - 2860 Moita;

Santiago do Cacém*, data 08/03/2015 – 16:00h-18:00h, local – Largo 5 de Outubro, colectiva C 4, 1º esq. Fracção 17;

Notas:

a) As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, no local indicado para a reunião, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD;

b) *As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m, do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Sede Concelhia do PSD Setúbal.

CONGRESSO DISTRITAL SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Congresso Distrital de Setúbal da JSD, para reunir no próximo dia 21 de Março de 2015, pelas 15:00 horas, no auditório da Biblioteca Municipal de Setúbal, sita Av. Luísa Todi, 188, 2904-515 Setúbal, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Abertura e Boas vindas;
- 2 - Apresentação e discussão das moções sectoriais;
- 3 - Apreciação do mandato distrital – 2013/2015;
- 4 - Apresentação das Moções de Estratégia Global e candidaturas;
- 5 - Eleição dos órgãos distritais para o mandato 2015/2017 e aprovação da moção de Estratégia Global;
- 6 - Votação das moções sectoriais e aprovação de militantes honorários;
- 7 - Publicitação, após apuramento, dos resultados;
- 8 - Encerramento;

Notas:

As Listas devem ser apresentadas até às 23.59 horas do 3º dia anterior ao da realização do Congresso Distrital, ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital ou a quem esta delegar e a possa substituir, nos termos do disposto no Regulamento Distrital da JSD, na sede do PSD Distrital de Setúbal, sita na Avenida Dr. Manuel de Arriaga, nº16, 3º Esq, 2900-473 Setúbal;

As urnas estarão abertas entre as 15h30 horas e as 17h30horas

MOITA

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes desta concelhia para reunir no dia 08 de Março de 2015, das 15h00 às 17h00, na Rua Teófilo Braga - 2860 Moita, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos órgãos concelhios: Mesa de Plenário e Comissão Política.

Nota:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia, ou a quem o substitua, até às 24h do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

SETÚBAL

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes desta concelhia para reunir no dia 07 de Março de 2015, das 15h00 às 17h00, na Rua Rodrigues de Freitas nº23 – 1º esq., com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos órgãos concelhios: Mesa de Plenário e Comissão Política.

Nota:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da

Mesa da Assembleia, ou a quem o substitua, até às 24h do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

REGULAMENTO DO CONGRESSO DISTRITAL DA JSD DE SETÚBAL

Capítulo 1 | do Presente regulamento

Artº 1

(Objecto)

O presente regulamento visa dar cumprimento ao disposto na alínea f) do Artº 61 dos Estatutos Nacionais da JSD, disciplinando o funcionamento do Congresso Distrital de Setúbal da JSD.

Artº 2

(Definição)

O congresso distrital é o órgão máximo representativo de todos os militantes da JSD, inscritos na circunscrição territorial distrital, conforme definido nos estatutos da JSD.

Capítulo 2 | do Congresso distrital e seus membros

Artº 3

(Competências)

É da responsabilidade do Congresso Distrital:

a) A eleição da Mesa do Conselho Distrital/Mesa do Congresso Distrital bem como da Comissão Política Distrital;

b) A definição da política e linhas gerais de actuação dos órgãos distritais, através da aprovação de moções de estratégia global e de moções sectoriais.

Artº 4

(Composição e Direitos de Voto)

1 - Compõem o Congresso distrital, com direito a voto

a) O Presidente e o Secretário-Geral da Comissão Política Distrital;

b) os Presidentes das Comissões Políticas Concelhias regularmente eleitas e em exercício de funções, com a possibilidade de delegação prevista na alínea b) do Artº 27º do Regulamento Nacional dos Congressos e Concelhos Distritais da JSD, exercida mediante entrega da respectiva acta à Mesa do Congresso Distrital até ao início dos trabalhos;

c) Representantes das estruturas concelhias, denominados Delegados Residenciais, eleitos nos termos do Art.º seguinte.

2 – São ainda membros do Conselho distrital, ainda que sem direito de voto:

a) A Mesa do Conselho distrital, que será também a Mesa do Congresso distrital;

b) Os membros da Comissão Política Distrital;

c) Os membros do Conselho Distrital mencionados nas als. e), f), g), h), i), j), k),l do Artº 4 do Regulamento Nacional dos Congressos e Concelhos Distritais.

3 – A qualidade em que um Membro participa no Congresso Distrital é imutável durante o decurso do mesmo.

4 – Competirá à Mesa do Conselho Distrital verificar a existência do quórum, designadamente verificando a qualidade dos presentes.

Artº 5

(Eleição de Delegados Residenciais e Elaboração do Rateio)

1. A eleição dos Delegados Residenciais atribuídos a cada Concelhia através da aplicação do Método de Hondt, após atribuição automática de 1 delegado a cada Concelhia, assegurando-se o disposto no nº3 do Art. 27º dos Estatutos Nacionais da JSD no que respeita ao número mínimo 15 militantes inscritos, para que se considere uma unidade territorial municipal como Concelhia da JSD, rege-se pelo disposto no Regulamento Eleitoral com as seguintes ressalvas:

a) As eleições dos Delegados são marcadas pela Mesa do Conselho distrital e convocados pelo seu Presidente;

b) Os actos eleitorais deverão ocorrer com a maior simultaneidade possível;

c) Até ao 5º dia posterior à publicação das convocatórias, o Presidente da Comissão Eleitoral Independente da JSD remeterá à Mesa do Conselho Distrital a indicação do número de militantes de cada concelhia da região.

d) Com base nesta indicação, a Mesa procederá ao rateio pelas concelhias e, até ao décimo dia posterior à publicação da convocatória, comunicará ao Presidente da CEI da JSD e às Mesas dos Plenários Concelhios o número de delegados a eleger em cada concelhia, admitindo-

-se para este efeito o uso dos meios de comunicação electrónica oficialmente inscritos nos serviços da JSD.

e) Caso alguma concelhia não proceda à eleição dos seus delegados por qualquer motivo serão os seus delegados redistribuídos tendo por base o mesmo critério.

Artº 6

(Substituições)

1. Os delegados ao Congresso referidos na alínea b) do nº 1 do artigo 4º do presente regulamento podem ser substituídos pelo primeiro candidato não eleito da lista em que foi eleito, ou no caso de inexistência ou impossibilidade deste, pelos suplentes da mesma lista de acordo com a respectiva ordem.

2. As substituições seguem os mesmos trâmites das inscrições e são efectuadas durante o prazo previsto para estas.

3. Os restantes delegados ao Congresso referidos no n.º 1 do artigo 4.º podem ser substituídos por membros da lista do órgão a que pertencem desde que o façam no prazo previsto para a inscrição.

Artº 7

(Acumulação)

1. Os militantes que forem delegados ao Congresso a mais de um título devem optar pela condição em que participam no congresso no início do mesmo.

2. A opção prevista no número anterior é definitiva.

Artº 8

(Redistribuição de Delegados em Falta)

1. Consideram-se delegados em falta aqueles cuja Acta de Eleição não houver sido recebida pela mesa do Conselho Distrital, até ao limite dos respectivos prazos previstos no cronograma que consta do Anexo I ao presente Regulamento.

2. Findo o prazo para entrega das Actas das Eleições, a Mesa do Conselho Distrital deverá redistribuir os delegados em falta, seguindo o método de rateio previsto neste Regulamento.

3. Nas Concelhias que receberem Delegado redistribuído, será Delegado o membro efectivo ou suplente da lista que teria sido eleito caso a eleição e respectivo apuramento houvessem sido realizados originariamente com o número total de Delegados após a redistribuição.

4. A redistribuição dos delegados prevista neste artigo será publicada na página de facebook da JSD Distrital de Setúbal e enviada por e-mail para a base de dados de militantes até 3 dias após o prazo para entrega das Actas das Eleições ou para realização da Inscrição dos Delegados.

Artº 9

(Delegação de Poderes)

1. Os Delegados representantes de concelhias não podem delegar os seus poderes.

2. Os restantes delegados com direito a voto previstos no n.º1 do artigo 4º podem delegar os seus poderes de acordo com o previsto nos estatutos nacionais da JSD.

Artº 10

(Direitos dos Membros)

Constituem direitos dos Membros do Congresso Distrital:

a) Apresentar requerimentos, propostas e moções sectoriais;

b) Apresentar moções de estratégia global nos termos do Presente Regulamento;

c) Interpelar e pedir esclarecimentos à Mesa do Congresso;

d) Participar nas discussões e votações;

e) Interpelar os órgãos distritais;

f) Usar do direito de resposta, quando visados;

g) Apresentar declaração de voto por escrito, para constar em acta.

Artº 11

(Deveres dos Delegados)

Constituem deveres dos Conselheiros:

a) Comparecer ao Congresso Distrital com pontualidade e proceder à sua inscrição/credenciação;

b) Participar nas votações;

c) Respeitar a dignidade do Congresso Distrital e dos seus membros;

d) Observar a ordem e a disciplina fixadas no Regulamento e acatar a autoridade do Presidente da Mesa do Congresso Distrital ou de quem o substitua nessas funções;

e) Contribuir pela sua diligência, para a eficácia dos trabalhos e o prestígio do Congresso Distrital, e em geral, para a boa imagem da JSD.

f) Abster-se do uso de expedientes dilatatórios, ou requerimentos extemporâneos, inapropriados ou desproporcionais.

Artº 12

(Participantes e Observadores)

1. O Congresso Distrital, a requerimento da CPD ou do próprio, poderá conferir o estatuto de participante a militantes ou personalidades, cuja intervenção nos trabalhos considere relevante, nomeadamente membros de órgãos e estruturas de apoio à CPR e Presidentes de Associações Académicas ou de Estudantes do distrito.

2. A qualidade referida no número anterior pode ser atribuída no todo ou em parte das reuniões e confere aos visados o direito ao uso da palavra.

3. O Congresso Distrital poderá igualmente admitir a presença de observadores sem direito ao uso da palavra.

Capítulo 3 | dos trabalhos

Art 13º

(Local e Data)

O Congresso Distrital de Setúbal da JSD reunirá no próximo dia 21 de Março de 2015, no auditório da Biblioteca Municipal de Setúbal, sito Avª. Luisa Todi, 188, 2904-515 SETÚBAL, com início às 15h00m e o Conselho Distrital delega os seus preparativos na Comissão Política Distrital e na Comissão Política Concelhia.

Artº 14º

(Quorum)

1. O Congresso Distrital reunirá à hora marcada desde que se encontrem presentes mais de metade dos seus membros ou meia hora depois da hora marcada com a presença de qualquer número de membros.

2. A existência de eventuais interrupções ou pausas por necessidades alimentares, de descanso ou manutenção da ordem, não implicam nova verificação de quórum.

Artº 15

(Funcionamento)

O funcionamento do Congresso Distrital, em tudo o que não contrarie a sua natureza ou o Presente Regulamento rege-se pelos termos que regulam os Conselhos Distritais.

Artº 16

(Ordem de trabalhos)

- Abertura e Boas vindas;

- Apresentação e discussão das moções sectoriais;

- Apreciação do mandato distrital – 2013/2015;

- Apresentação das Moções de Estratégia Global e candidaturas;

- Eleição dos órgãos distritais para o mandato 2015/2017 e aprovação da moção de Estratégia Global;

- Votação das moções sectoriais e aprovação de militantes honorários;

- Publicitação, após apuramento, dos resultados;

- Encerramento;

Artº 17º

(Uso da Palavra)

A palavra será concedida aos Conselheiros para os seguintes efeitos:

a) Apresentar propostas e moções, dispondo de um máximo de dez minutos, e de mais cinco minutos no fim da discussão;

b) Exercer o direito de resposta, sem exceder os três minutos;

c) Participar nos debates, tendo direito a cinco minutos de intervenção;

d) Interpelar os órgãos distritais, sem exceder os três minutos;

e) Invocar o Regulamento e interpelar a Mesa;

f) Apresentar requerimentos, protestos, contrapropostas e formular votos;

g) Apresentar recursos, sem exceder os três minutos;

h) Pedir ou dar esclarecimentos, sem exceder os três minutos.

i) A Mesa retirará a palavra ao orador que ultrapasse o tempo limite ou que desrespeite o Regulamento, e ainda quando o discurso se torne ofensivo ou se desvie do objecto do pedido de uso da palavra.

j) A Mesa pode restringir o tempo dos oradores de forma equitativa, tendo em consideração o tempo

disponível.

Artº 18

(Competências da Presidente da Mesa)

Compete à Presidente da Mesa:

a) Presidir ao Congresso distrital, declarar a sua abertura, suspensão e encerramento e dirigir os respectivos trabalhos;

b) Admitir ou rejeitar requerimentos, propostas e moções, verificada a sua regularidade regimental, sem prejuízo do direito de recurso para o Congresso Distrital;

c) Conceder a palavra aos delegados e aos Participantes;

d) Colocar à discussão as propostas e as moções admitidas;

e) Colocar à imediata votação, todos os requerimentos admitidos;

f) Manter a ordem durante os trabalhos, podendo para isso tomar as medidas que entender por convenientes, designadamente advertindo o orador que esteja fora de ordem ou retirando-lhe a palavra;

h) Assegurar o cumprimento de todas as disposições legais, bem como decisões do Congresso Distrital ou da sua Mesa.

Artº 19º

(Competências dos Vice-Presidentes da Mesa)

Compete aos Vice-Presidentes:

a) Substituir a Presidente na sua ausência ou impedimento;

b) Coadjuvar o Presidente no desempenho das suas funções;

c) Desempenhar as funções que lhe sejam delegadas.

Artº 20º

(Competências dos Secretários da Mesa)

Compete aos Secretários:

a) Proceder à conferência das presenças, assim como verificar o quórum e registar as votações;

b) Organizar as inscrições dos Membros ou Participantes que pretendam usar da palavra;

c) Fazer as leituras indispensáveis dos documentos, durante as reuniões;

d) Ajudar os restantes membros da Mesa no desempenho das suas funções;

e) Servir de escrutinador;

f) Elaborar as actas.

Capítulo 4 | das moções e Candidaturas

Artº 21º

(Moções de Estratégia Global)

1. Os candidatos a Presidente da Comissão Política Distrital – e apenas estes – devem no mesmo prazo de apresentação das candidaturas submeter Moção de Estratégia Global por si subscrita em nome individual ou da lista que representa, onde constem o seu Programa, Linhas Gerais de Actuação, Prioridades e Princípios ou outros elementos que o Subscritor entenda fazer constar. Esta apresentação não deverá ultrapassar os 25 minutos.

2. Não há requisitos de forma ou limitações de qualquer natureza ao conteúdo destas Moções

3. As moções de Estratégia Global poderão ter um título, sem que tal seja obrigatório, e a sua identificação pode incluir referência a uma lista ou lema ou localidade

4. Considera-se aprovada a Moção de Estratégia Global da lista mais votada à Comissão Política Distrital.

Artº 22º

(Moções Sectoriais)

1. As moções sectoriais dizem respeito a temas específicos, regiões em concreto, eventos ou problemáticas políticas cujo tratamento possa ser individual e autónomo e poderão ser subscritas e apresentadas por qualquer membro do Congresso Distrital, estando vedadas portanto aos participantes ou observadores.

2. Se aprovadas, e não contendendo com a Moção de Estratégia Global vencedora, as moções sectoriais devem ser entendidas pela Comissão Política Distrital vencedora como orientações do Congresso Distrital, a executar nos moldes possíveis.

Artº 23º

(Apresentação e Poder de Disposição sobre as Moções Sectoriais)

Os subscritores de moções sectoriais poderão indicar quem fará a sua apresentação e poderão retirar as Moções até ao momento em que se inicie a votação das mesmas, acontecendo o mesmo no caso de se tratar de Moções de autoria de Comissões Políticas Concelhias.

Artº 24º**(Candidaturas aos órgãos distritais)**

As Listas devem ser apresentadas até às 23.59 horas do 3º dia anterior ao da realização do Congresso Distrital, ao Presidente da Mesa do Congresso distrital ou a quem esta delegar e a possa substituir, nos termos do disposto no Regulamento Distrital da JSD, na sede do PSD Distrital de Setúbal, sita na Avenida Dr. Manuel de Arriaga, nº16, 3º Esq, 2900-473 Setúbal.

Artigo 25º**(Distinções Honorárias Distritais)**

1. O Conselho Distrital pode atribuir a distinção de Presidente Honorário Distrital da JSD a antigos Presidentes da Comissão Política Distrital da JSD ou do PSD, que se tenham notabilizado excepcionalmente no exercício das suas lideranças, pelo serviço prestado aos jovens da Região, e pela promoção dos ideais da JSD.

2. A distinção de Militante Honorário Distrital atribuída aos antigos dirigentes regionais da JSD que tenham, ao serviço da JSD e dos jovens da Região, contribuído de forma e mérito excepcional para a promoção do ideário da JSD.

3. Estas deliberações são tomadas por voto secreto, sob proposta da CPD, da Mesa do Conselho Distrital ou de três Comissões Políticas Concelhias.

4. A perda da distinção de Militante Honorário da JSD será deliberada pelo Congresso Distrital, por maioria absoluta dos conselheiros presentes, em caso de grave desconsideração pelos jovens da respectiva Região, de afronta pública à JSD ou de desprestígio manifesto.

Capítulo 5 | das disposições finais**Artº 26º****(Lacunas)**

A integração de lacunas, bem como a resolução das dúvidas suscitadas pela interpretação de qualquer norma do presente Regulamento, far-se-á recorrendo, em primeiro lugar, à analogia com as disposições dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Nacional dos Conselhos e Congressos Distritais, em segundo lugar ao normativo do PSD e em terceiro lugar à lei geral subsidiariamente aplicável.

Artº 27º**(Entrada em vigor)**

O presente regulamento entra em vigor imediatamente com a sua aprovação e respectiva publicação em Povo Livre.

Aprovado pelo Conselho Distrital da JSD de Setúbal, no dia 31 de Janeiro de 2015

ANEXO I**CRONOGRAMA**

Conselho Distrital da JSD/Setúbal	31 de Janeiro de 2015
Envio das convocatórias para a eleição de delegados ao Congresso Distrital	03 de Fevereiro de 2015, até às 11h00
Publicação em Povo Livre da convocatórias para a eleição de delegados ao Congresso Distrital	04 de Fevereiro de 2015
Prazo para a CEI comunicar à mesa do Conselho Distrital o número de militantes de cada concelhia	09 de Fevereiro de 2015
Prazo para a mesa Conselho Distrital enviar o rateio de delegados	15 de Fevereiro de 2015
Prazo limite para entrega das listas candidatas à eleição de delegados	04 de Março de 2015
Eleição de delegados concelhios	07 e 08 de Março de 2015
Prazo para envio das actas eleitorais	13 de Março de 2015
Prazo para envio das moções sectoriais e das propostas de militantes honorários	15 de Março de 2015
Divulgação do rateio dos delegados redistribuídos	16 de Março de 2015
Prazo para entrega das Moções de Estratégia Global e candidaturas aos órgãos distritais	18 de Março de 2015
Congresso Distrital	21 de Março de 2015